

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

HELENA RAMOS SERIZAWA BESSON

**QUEM É VOCÊ NA FILA DO PÃO: AS COZINHAS SOLIDÁRIAS DO MTST COMO
ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO ENTRE FOME E POLÍTICA**

**2025
SÃO PAULO**

HELENA RAMOS SERIZAWA BESSON

**QUEM É VOCÊ NA FILA DO PÃO: AS COZINHAS SOLIDÁRIAS DO MTST COMO
ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO ENTRE FOME E POLÍTICA**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

2025
SÃO PAULO

Agradecimentos

Chegar guarda sempre todas as idas e vindas do caminho. Termino este meu 7º ano de graduação com o pó da estrada ainda grudado no rosto, com ganas de viver este mundo com o qual me encontrei, e que vi pela primeira vez através dos olhos que a Geografia me deu, certa de que não há pressa que valha mais do que o aprendizado e os amigos que fizemos pelo caminho. Quando entrei não imaginei tudo que viveria e saio convencida de que sabia muito aquele cantador da saudade seca quando disse “quem colhe antes do tempo, não sabe o que o tempo dá”. Este caminho cheio de teima só foi possível pela cara retaguarda que é responsável pelo calor de minhas costas, e que está atrás de cada palavra deste trabalho.

Agradeço em primeiro lugar à minha família por todas as oportunidades que pude ter e que me trouxeram até aqui. À minha mãe, Tatiana, a quem dedico tudo que escrevo, pelo amor e pela vida embalada pelo *rock n' roll lullaby*. Ao meu pai, Steve, meu guia e o cara mais generoso que já conheci. À minha avó Carmem, meu colo e minha coragem. À minha irmã Mel e ao meu irmão Thomas, meus parceiros de vida.

Agradeço aos amigos que fiz e que me fizeram desde o início da graduação: Fabio, Henrique, Pedro, Raul, Sofia e, especialmente, Aline, a melhor cúmplice que a graduação poderia me dar. Fosse nos trabalhos de campo, nas viagens, nas festas, nas tardes de sábado à toa, nas noites de terça varadas escrevendo trabalhos. Não importava o programa, estar com vocês era sempre o melhor lugar para se estar. Este lugar vai ficar guardado fundo em mim. Dawson e Vitinho, meus queridos amigos. À dupla Árizla e Thainã, que conheci numa tal esquina de Belo Horizonte e com quem sigo, desde então, falando sobre amizade. À Bia, minha companheira de trincheiras da luta e da vida. E também à Jana, outro presente que ganhei.

Ao meu professor e orientador Manoel Fernandes, que sempre acolheu meu caminho dentro do movimento social, me dando espaço e me provocando a ir além. Devo a ele o aprendizado de que o valor da teoria está no seu compromisso com o mundo.

Ao Philippe, meu amor, que leu e releu essas páginas sem pressa, sentando ao meu lado nas horas de desespero e me lembrando que o caminho só se pode fazer caminhando. Tirei a sorte grande de poder compartilhar a vida, a rotina, os sonhos e o anseio de futuro com você.

Por fim, agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e a todos os companheiros e companheiras que insistem em tecer a cada dia um outro mundo possível nas periferias de todo o país. Com vocês aprendi tudo que sei sobre a luta por justiça social. Agradeço em especial às pessoas que me deram suporte neste trabalho: Tia Cida, Carol, Carmem, Edvane, Joelma, Jane, Rosangela e Rubens. Nada disso existiria sem vocês. Obrigada.

“Toda terra dos homens tem sido até hoje
terra da fome”
Josué de Castro

“A fome, em lugar nenhum, levou o ser
humano à revolução. A fome leva à
submissão”
Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

Este trabalho analisa as Cozinhas Solidárias do MTST como experiência popular de enfrentamento à fome e de reorganização da vida nas periferias urbanas. A partir de referenciais como Mike Davis, Josué de Castro e Milton Santos, comprehende-se a fome não como escassez natural, mas como fenômeno político e estrutural, capaz de produzir coerção, disciplinar a vida cotidiana e fragilizar as condições de organização social. Criadas durante a pandemia de Covid-19, em meio ao desmonte de políticas sociais, as Cozinhas Solidárias se consolidaram como forma de garantir alimentação e produzir vínculos em territórios marcados pela desigualdade. Com base na observação militante em trabalhos de campo e entrevistas em Cozinhas Solidárias da zona sul da cidade de São Paulo, examinam-se seus impactos materiais (acesso ao alimento, reorganização do orçamento doméstico, segurança mínima) e subjetivos (pertencimento, reconhecimento, acolhimento). Argumenta-se que, ao deslocarem a alimentação da esfera mercantil para a esfera do comum, essas cozinhas tensionam a lógica da fome na ordem capitalista e revelam caminhos para políticas públicas territorializadas, contínuas e orientadas por outra lógica de cidade.

Palavras-chave: Fome, Geografia da Fome, Cozinhas Solidárias, MTST

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. A cidade no capitalismo e a fome: bases teóricas.....	11
1.1 A política da escassez e as lições dos holocaustos coloniais: as contribuições de Mike Davis.....	14
1.2 O Brasil se vê no espelho: Josué de Castro e a permanência da fome.....	17
2. As Cozinhas Solidárias do MTST na esteira das políticas públicas de combate à fome no Brasil.....	25
2.1 Organização e prática política do MTST.....	31
2.2 As Cozinhas.....	35
3. Considerações finais.....	48
Referências bibliográficas.....	49

Introdução

Pensar a fome como fenômeno estrutural do capitalismo implica reconhecê-la não apenas como a falta da alimentação, mas como resultado direto das formas pelas quais o sistema político-econômico organiza o trabalho, o território e a reprodução da vida. A fome, longe de ser um efeito transitório ou um problema de escassez natural, se constitui como engrenagem da acumulação capitalista, tornando-se instrumento de controle social, rebaixamento de direitos e administração da pobreza. A compreensão dessa dinâmica permite evidenciar que sua persistência não deriva do acaso nem de falhas conjunturais, mas da própria racionalidade econômica que naturaliza a desigualdade e transforma a fome em consequência aceitável da economia de mercado.

É neste cenário que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é analisar as Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) como experiência concreta de enfrentamento popular à fome e, ao mesmo tempo, como prática que reconfigura material e simbolicamente a vida nos territórios periféricos. Criadas durante a pandemia de Covid-19 - momento em que o país assistiu ao desmonte de políticas sociais, ao recrudescimento das desigualdades históricas e ao retorno do Brasil ao Mapa da Fome - as Cozinhas Solidárias surgiram como resposta imediata à emergência sanitária e social, mas rapidamente se consolidaram como política permanente, ampliando sua presença e incidência territorial. Hoje o projeto já se expandiu para 14 estados e o Distrito Federal, ultrapassando cinco dezenas de unidades em funcionamento.

O impacto objetivo da presença das cozinhas nas franjas das grandes cidades do país talvez seja mais simples de se observar e atestar. Famílias que antes precisavam escolher entre garantir o alimento ou pagar o aluguel, crianças que chegavam à escola com fome e trabalhadores que passavam o dia com o estômago vazio passaram a ter acesso a refeições diárias e de qualidade. A presença de uma Cozinha Solidária, ou qualquer estabelecimento que ofereça uma refeição gratuita e de qualidade reconfigura a dinâmica dos territórios simplesmente por desonerar, mesmo que minimamente, o peso da falta de comida no cotidiano da população

periférica. Mas há algo que escapa à dimensão imediata e material, e que se relaciona com o impacto subjetivo da possibilidade de acessar o alimento sem pagar e ter acesso a outras atividades também de forma gratuita. Para além de matar a fome, afinal, as Cozinhas Solidárias engendram no território a reapropriação também simbólica do direito à vida? Quanto, e de que modo as Cozinhas Solidárias subvertem, objetiva e subjetivamente, a função da fome para o capital?

A fome, que já era realidade para os moradores das periferias urbanas muito antes da pandemia, foi brutalmente agravada na crise sanitária recente. Contudo, é fundamental reconhecer que esse fenômeno não nasceu com a pandemia, tampouco desapareceu com o seu fim. A crise apenas expôs, de maneira mais evidente e crítica, a estrutura histórica que sustenta a fome no Brasil: uma combinação de desigualdade social, concentração de renda e terras, precarização do trabalho, fragilização das políticas sociais e mercantilização crescente da vida. Assim como a fome não cessou com o abrandamento da emergência sanitária, também a política das Cozinhas Solidárias não se encerrou naquele momento. Pelo contrário, não apenas persistiu como se expandiu, consolidando-se e tornando-se recentemente política pública, o que demonstra sua força organizativa, sua capilaridade territorial e sua capacidade de responder às necessidades cotidianas da população periférica para além de conjunturas emergenciais. Neste trabalho, não abordaremos as minúcias da política pública, mas temos em vista a importância de sua institucionalização para o crescimento de sua capilaridade e a presença em mais territórios.

Experiências populares como as Cozinhas Solidárias, justamente por nascerem da realidade concreta das periferias urbanas, se inscrevem em territórios permanentemente produzidos pelas relações entre múltiplos agentes - moradores, igrejas, associações comunitárias, aparelhos do Estado, organizações do terceiro setor, comerciantes locais e também o crime organizado. Todos esses atores compõem uma trama complexa de relações que envolve alianças, disputas, tensões e contradições que se expressam diretamente na organização da vida. Em meio a essa heterogeneidade, as cozinhas se destacam por propor uma sociabilidade baseada na coletividade e no compartilhamento, em frontal oposição à lógica dominante do individualismo, da competição e da escassez. Essa contraposição é particularmente significativa em um contexto marcado pela difusão de máximas como a de Milton Friedman, segundo a qual “não existe almoço grátis”, frase que

sintetiza a racionalidade neoliberal que transforma todas as dimensões da existência em transação mercantil. As cozinhas, ao oferecerem alimento gratuito, digno e de qualidade, tensionam a naturalização dessa lógica e reabrem a possibilidade de afirmar, na prática, o direito à vida como bem inegociável.

Dessa forma, este trabalho busca compreender os impactos materiais e simbólicos das Cozinhas Solidárias sobre o território usado, entendido conforme Milton Santos (2005) como espaço habitado, apropriado e vivido. Partimos da hipótese de que esses impactos ultrapassam a oferta de refeições e se estendem à produção de vínculos que reconfiguram subjetivamente as formas de estar no mundo, afetando tanto a vida das pessoas atendidas quanto a dinâmica territorial mais ampla.

A metodologia desta pesquisa se apoia em autores que problematizam a noção de objetividade neutra e reivindicam a produção de conhecimento desde perspectivas situadas, críticas e implicadas na realidade social. Inspirada pelo método de Donna Haraway (1988), em que a perspectiva parcial viabiliza uma visão objetiva, essa pesquisa busca utilizar-se de um “conhecimento situado”, crítico à construção de conhecimento que pressupõe “lugar nenhum”, mas também ao relativismo em que todas as formas de conhecimento são tidas como retóricas.

A segunda referência metodológica que orienta o presente trabalho é a de Oscar Jara (2006), cuja concepção dialética da relação entre teoria e prática articula a própria noção de sistematização do conhecimento. Para Jara, a realidade é social e histórica, contraditória e mutante, e só pode ser compreendida como totalidade em movimento. Produzir conhecimento implica partir das práticas concretas, realizar processos de análise e abstração que revelem suas contradições internas e retornar à prática com uma compreensão ampliada. Assim, a pesquisa não se estrutura como coleta de dados externos sobre um objeto distante, mas como reflexão crítica sobre experiências vividas, implicando que as noções de sujeito e objeto em um estudo podem ser mais porosas, em que o objeto pode também ser sujeito na pesquisa.

Por fim, a pesquisa se apoia na tradição latino-americana da “Investigação-Ação” formulada por Orlando Fals Borda (1978), que propõe a inserção plena do pesquisador nos processos sociais como alternativa radical ao paradigma positivista. Em vez de observar a realidade como mero espectador, Fals Borda defende que o conhecimento nasce da participação ativa nas lutas, nas

organizações e nas práticas coletivas, reconhecendo o protagonismo das comunidades populares e a centralidade da práxis como critério de validade. A Investigação-Ação opera por ciclos alternados de aproximação e distanciamento, ação e reflexão, nos quais a experiência concreta orienta a formulação teórica e esta, por sua vez, retorna à prática em forma de intervenção transformadora. Isso implica reconhecer o valor da sabedoria popular, produzir conhecimento em diálogo com os sujeitos envolvidos e devolver sistematicamente os resultados às bases. Inspirada por essa metodologia, minha pesquisa se desenvolve dentro dos territórios, coletivos e iniciativas nos quais já atuo, entendendo a inserção militante não como obstáculo, mas como condição para produzir um conhecimento comprometido com a transformação social.

Assim, para responder ao problema de pesquisa aqui formulado, qual seja, os impactos materiais e imateriais da Cozinha Solidária no território, este trabalho se organiza em três movimentos articulados. O primeiro consiste na discussão teórica que fundamenta a compreensão da fome como fenômeno histórico, político e estrutural, tomando como referências autores que evidenciam seu caráter produzido e não natural, tanto na escala global quanto na nacional. São mobilizados estudos que analisam a fome enquanto mecanismo de dominação e forma de gestão da pobreza, bem como aqueles que, no contexto brasileiro, revelam sua expressão territorializada e sua vinculação às desigualdades socioeconômicas e espaciais.

O segundo movimento se volta à experiência das Cozinhas Solidárias do MTST. Inicialmente, reconstrói-se seu surgimento, sua inserção no território e os princípios organizativos que orientam sua atuação, situando-as no contexto das respostas populares à crise sanitária e à insegurança alimentar recente. Em seguida, apresentam-se e analisam-se as entrevistas realizadas nas unidades estudadas, buscando compreender como essas experiências se materializam no cotidiano, que tipo de práticas coletivas produzem e como reconfiguram, objetiva e subjetivamente, a vida nos territórios onde estão inseridas.

Por fim, o terceiro movimento retoma os elementos teóricos e empíricos discutidos para avaliar em que medida as Cozinhas Solidárias tensionam a lógica da fome na ordem do capital. A partir dessa articulação, discute-se o alcance e os limites dessas iniciativas, seus efeitos materiais e simbólicos e suas contribuições para pensar políticas de combate à fome que sejam contínuas, territorializadas e orientadas pelo direito à vida.

1. A cidade no capitalismo e a fome: bases teóricas

A fome sempre foi uma das expressões mais brutais da reprodução da economia de mercado. Longe de ser um fenômeno natural ou fruto exclusivo da escassez, a fome é um fenômeno político e social que não é só produto, mas também produtor das relações de desigualdade que definem o capitalismo. Essa realidade, para além de imperativa sobre a vida material das populações mais pobres, seja em contextos urbanos ou rurais, se prova também um mecanismo de dominação e controle social, especialmente em contextos de extrema vulnerabilidade. Para os trabalhadores, historicamente, a fome cumpriu um papel de enfraquecimento da posição das classes populares em relação ao capital, rebaixando salários, fragilizando negociações e ampliando a margem de exploração do trabalho, naturalizando e tornando aceitáveis condições que, sem a iminência da fome, seriam inaceitáveis. A fome, portanto, tem função estratégica de coerção dentro das relações estabelecidas na ordem do capital.

Do escravizado para quem, no passado, a fome era apenas uma das faces da sua total desumanização à pessoa submetida hoje às formas contemporâneas de escravidão, em que trabalhadores, empurrados pela miséria absoluta, recebem apenas alimentação e abrigo precários, sem salário ou direitos, a fome opera como coerção silenciosa que sustenta relações de dominação. O mesmo mecanismo aparece nas dinâmicas atuais do trabalho informal, em que os trabalhadores, diante da precarização extrema e da ausência de qualquer garantia ou direito, vivem uma rotina marcada por jornadas exaustivas. É o caso do motoboy ou entregador de aplicativo que, submetido a um ritmo de trabalho alucinante imposto pelas plataformas, muitas vezes transporta refeições enquanto está ele próprio com fome - ou simplesmente adiando a própria refeição para não interromper a sequência de entregas que assegura uma renda necessária para manter um padrão mínimo de subsistência. Nesses contextos, é precisamente a iminência da fome que torna jornadas tão brutais uma possibilidade concreta, orientando escolhas e limitando a capacidade de recusa e de reivindicação. A insegurança alimentar em todos estes casos cumpre uma função estratégica: limita a capacidade de negociação, fragiliza a posição do trabalhador e ajusta sua sobrevivência às margens mínimas toleradas pela lógica do capital. A fome, portanto, não é apenas efeito das desigualdades; é

instrumento ativo na viabilização da exploração e na manutenção da ordem colocada.

Nesta seção, a fome será analisada a partir de uma perspectiva histórica e estrutural, compreendida como fenômeno social produzido por formas específicas de organização econômica e política. Partimos do entendimento de que ela não decorre da escassez, mas é resultado direto das estruturas socioeconômicas e políticas. Para sustentar essa leitura, recorremos a autores que desvelam o caráter político da fome, se utilizando da escala para mirarmos como se expressa no contexto global e local o mesmo fenômeno.

Em escala global, Mike Davis (2002) analisa as chamadas *fomes de mercado* como expressões diretas da expansão do capitalismo industrial e do imperialismo europeu no século XIX. Em *Holocaustos Coloniais*, o autor demonstra que milhões de mortes por inanição não foram apenas consequências de secas ou pragas, mas resultados da subordinação das economias locais dos países colonizados às exigências do mercado internacional. Sob a lógica do lucro e do livre-comércio, os alimentos continuaram a ser exportados mesmo diante da realidade da escassez local, convertendo a fome também em instrumento de dominação e controle das populações colonizadas.

Essa perspectiva nos dá sinais da fome como parte constitutiva da ordem capitalista mundial, na qual a produção de miséria é própria da acumulação capitalista. Além disso, a fome, longe de ser um acidente, revela-se um mecanismo de expropriação e controle social que transforma a vulnerabilidade extrema em caminho para a subordinação dos povos e reprodução desta mesma acumulação. É possível verificar como se desenrolam esses mecanismos nos inúmeros processos de colonização testemunhados majoritariamente pelo Sul Global e os países que a eles se ligam por suas condições socioeconômicas semelhantes. Mas também é marcada a presença desta dinâmica internamente, principalmente em países da periferia do capitalismo, cuja desigualdade abissal tem sua origem também nos processos coloniais de exploração e expropriação de riquezas.

No caso brasileiro, Josué de Castro (2008) retoma e territorializa essa análise ao demonstrar que as desigualdades alimentares do país são resultado da forma como o Brasil foi integrado à economia global e estruturado internamente pelo latifúndio, pela monocultura e pela concentração de renda. Ao deslocar a discussão da fome do campo da biologia e da moral para o campo da política e da economia,

Castro é pioneiro na compreensão da fome como expressão concreta da dependência e da desigualdade social.

Em sua interpretação, Josué de Castro evidencia que a fome no Brasil não é efeito da falta de recursos, mas um produto direto de uma organização espacial e econômica que produz carências de forma sistemática. Ao mapear as chamadas “áreas de fome” e relacioná-las às formas de uso do território, Castro demonstra que a fome é um fenômeno geograficamente distribuído de acordo com as funções econômicas atribuídas a cada região na divisão nacional e internacional do trabalho. Assim, zonas voltadas à exportação, sustentadas por latifúndios e monoculturas, tornam-se simultaneamente produtoras de riqueza para o mercado externo e de privação interna, pois prejudicam agricultores, desestruturam economias locais e restringem o acesso ao alimento. Para Castro, a fome é, portanto, expressão de uma geografia construída pela dependência, pelo subdesenvolvimento e pela concentração do poder econômico, revelando a escassez como fruto de decisões políticas e econômicas.

A articulação entre Davis e Castro oferece, portanto, uma chave teórica fundamental para compreender a fome como fenômeno histórico, político e geográfico. Essa leitura demonstra que a fome é produzida por escolhas econômicas e políticas que privilegiam a acumulação, e que sua persistência cumpre função estratégica na manutenção das desigualdades. É sob essa perspectiva que este trabalho se orienta, buscando revelar os mecanismos pelos quais a fome é produzida, naturalizada e enfrentada no Brasil contemporâneo.

1.1 A política da escassez e as lições dos holocaustos coloniais: as contribuições de Mike Davis

Em *Holocaustos Coloniais*, Mike Davis (2002) analisa as grandes fomes do final do século XIX - com destaque para Índia, China e Brasil - argumentando que não foram apenas consequências de fenômenos climáticos, como o El Niño, mas também de políticas coloniais que priorizavam a exportação de alimentos e a adesão ao livre mercado mesmo diante de crises alimentares severas. Ele destaca que enquanto milhões morriam de subnutrição ou dos males ligados à fome, os alimentos continuavam a ser exportados das regiões afetadas, evidenciando a contradição profunda da incorporação das economias locais ao mercado internacional, em que aquele que produz o alimento também morre de fome. Davis

(2002) constata que “milhões morreram, não fora do ‘sistema mundial moderno’, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema” (DAVIS, 2002, p. 19).

Sua abordagem parte de uma crítica àqueles que chama de *naturalistas climáticos*. Ao atribuir a fome a eventos meteorológicos, governos e elites mascaram as responsabilidades políticas e econômicas pelos desastres climáticos ou ambientais que são transformados em calamidades sociais. Davis alerta que “seca” e “fome” são “explosivos semânticos perigosos” (DAVIS, 2002, p. 27) quando usados como justificativas para a inação, pois naturalizam a tragédia e a retiram do processo histórico, fruto de decisões humanas. Assim, em vez de desastres inevitáveis, as fomes vitorianas, como o autor usa de exemplo, fazem parte de um projeto político umbilicalmente ligado ao expansionismo imperial britânico. É nesse ponto que Davis formula o conceito de “ecologia política da fome”, eixo teórico central de sua obra. Inspirado na história ambiental e na economia política marxista, ele analisa a fome como resultado da interação entre forças naturais e as estruturas sociais, econômicas e políticas, produto direto da arbitrariedade humana. As condições climáticas e da natureza podem produzir escassez, mas é a estrutura social que decide quem morre de fome. A ecologia política da fome mostra como a vulnerabilidade das populações colonizadas foi produzida pela expropriação de terras e reproduzida pelo modo capitalista de produção, pela destruição das economias locais e pela relação de dependência entre a produção local e o mercado internacional.

Nessa chave, a fome aparece como uma “crise de direitos”, no sentido proposto por Amartya Sen, mas reinterpretada por Davis sob a ótica da luta de classes. “A fome é a característica de algumas pessoas que não têm suficiente comida para comer. Não a de não haver suficiente comida para comer” (DAVIS, 2002, p.30). As populações atingidas não morrem apenas pela ausência absoluta de alimentos, mas também por terem sido despojadas de sua capacidade de acesso à alimentação. O colapso da capacidade de garantir a reprodução da própria vida é o que transforma um fenômeno climático em uma catástrofe humana. A fome, portanto, não é ausência de recursos, mas negação de direitos - expressão extrema da desigualdade social e da violência estrutural da economia de mercado.

Outro eixo de análise em *Holocaustos Coloniais* é a crítica à ideologia do laissez-faire vitoriano, que interditou a intervenção estatal diante da fome. Sob a

influência do utilitarismo e do darwinismo social, o Império Britânico sustentava que o livre mercado seria capaz de corrigir desequilíbrios e que a interferência do Estado desorganizaria a economia. Trata-se de mais uma contradição da economia capitalista. Em contextos de crise econômica - quando bancos quebram e empresas falem - recorre-se prontamente ao Estado como agente indispensável para a reconstrução da economia nacional. No entanto, diante de calamidades sociais, como a fome que acomete aqueles que efetivamente produzem a riqueza, reafirma-se a crença de que o mercado, sozinho, seria o regulador mais adequado para desequilíbrios do sistema. Essa oscilação revela a assimetria histórica na defesa do “Estado mínimo”, pequeno apenas quando a crise atinge os mais pobres. Essa crença legitimou a indiferença diante de milhões de mortes, consequência da incorporação avassaladora dos mercados locais ao mercado internacional. A fome também se tornou uma política de Estado quando o Império destinou seus recursos não ao socorro das populações, mas ao fortalecimento do militarismo e do sistema monetário internacional, como o padrão-ouro. Davis mostra que a modernização capitalista foi financiada à custa da morte em massa da população mais pobre das colônias. A “grande discrepância” entre os gastos com exércitos e os investimentos em infraestrutura básica, irrigação ou alimentação evidencia o caráter deliberado do abandono. O Império consolidou-se como máquina de gestão da escassez, onde a morte dos mais vulneráveis era um custo aceitável do progresso.

Ao historicizar a fome como produto do imperialismo, Davis desafia o mito do “subdesenvolvimento natural” e mostra que a pobreza contemporânea do Sul Global é herança direta da violência estrutural das economias coloniais e da reprodução de sua lógica ao longo do tempo. A atualidade dessa análise se revela quando Davis mostra que a lógica que transformou secas em holocaustos humanos no século XIX permanece ativa sob novas formas. A Revolução Verde, por exemplo, apresentada como resposta técnica à insegurança alimentar, apenas atualizou o vínculo entre agricultura e capital. A introdução de pacotes tecnológicos, sementes híbridas e fertilizantes industriais não erradicou a fome - antes, ampliou desigualdades, concentrou terras e subordinou ainda mais os pequenos agricultores ao mercado internacional, relegando aos países subdesenvolvidos a exportação de produtos primários de pouco valor agregado. A promessa de abundância reproduziu o mesmo modelo que Davis identificara na fome das colônias: a dependência a favor da modernização.

A difusão da Revolução Verde, que se deu de maneira mais expressiva entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, foi apresentada como uma promessa de transformação da agricultura e de desenvolvimento rural, especialmente em contextos de pobreza e subnutrição. Situadas na disputa por influência da Guerra Fria, a difusão das inovações tecnológicas e a reorganização do campo também buscavam a contenção do avanço de ideologias anticapitalistas no Sul Global (PEREIRA, 2024). “Fome, pobreza e desigualdades sociais crescentes eram vistas em Washington como portas de entrada para ideologias ‘radicais’” (PEREIRA, 2024, p. 20). Assim, embora a Revolução Verde não tenha cumprido sua promessa de erradicar a fome - ao contrário, aprofundou desigualdades no campo, favoreceu grandes proprietários e prejudicou pequenos agricultores -, serviu a seu propósito político ao reordenar a produção agrícola sob a lógica do mercado. Em seu livro “A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização”, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) também pontua como “a Revolução Verde tentou, assim, despoliticizar o debate da fome, atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico”. A roupagem “técnica” com que se vestem algumas políticas institucionais age, com efeito, esplendorosamente bem para camuflar a intencionalidade política com que determinada técnica foi desenvolvida e aplicada. Como observa Milton Santos (2000, p. 26), “cada novo sistema técnico que é desenvolvido carrega uma história” cuja determinação se dá pelas relações entre a política das empresas e a política dos Estados, que, em conjunto ou separadamente, moldam o modo como a técnica se inscreve no espaço. A Revolução Verde exemplifica como soluções técnicas podem ser implementadas sem romper com estruturas desiguais.

Por essa via, a “ecologia política da fome” de Davis fornece um marco interpretativo que ultrapassa o contexto colonial e ilumina a continuidade entre o imperialismo do século XIX e as formas atuais de exploração da terra, que passam pela perpetuação da miséria e da insegurança alimentar. Ao recolocar a fome no centro da crítica política, Davis nos obriga a enxergá-la não como ausência de política, mas como produto planejado de um sistema que se alimenta da desigualdade.

1.2 O Brasil se vê no espelho: Josué de Castro e a permanência da fome

A crítica à fome como produto da lógica de mercado já estava presente no livro *A Geografia da Fome* (1964), de Josué de Castro, em que o autor, pioneiro na crítica à naturalização da fome, denuncia as contradições entre os modelos de crescimento econômico baseados na exportação agrícola e a persistência da miséria alimentar nas regiões produtoras. Ao mapear as chamadas “fomes regionais” no Brasil, Castro tensiona o mito da escassez natural e evidencia que a fome era resultado direto de decisões políticas e econômicas, afirmando que a fome é uma criação do homem contra outros homens (CASTRO, 1946). Sua análise antecipa o que Davis mais tarde evidenciaria a partir da ecologia política da fome.

Em seu estudo, reconhecido internacionalmente sobre as origens e a distribuição da fome, Castro sustenta que o Brasil como nação foi construído sob os interesses especulativos da colônia, cuja lógica perdurou e perdura de alguma forma até os dias de hoje:

Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas”, de modo que “não sobrando recursos para atender às necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso (CASTRO, 1946, p. 267)

O desenvolvimento nacional, dessa forma, não se estruturou a partir de um projeto coletivo de país, mas de uma economia voltada ao crescimento da produção em função do mercado e da acumulação privada. O desenvolvimento, no lugar de democratizar os recursos ou superar a herança colonial, consolidou a dependência e a desigualdade internas, favorecendo um grupo restrito enquanto setores básicos permaneceram desassistidos e as regiões mais pobres submetidas ao abandono. Como sintetiza Josué de Castro, “resolveram criar nessas terras da América a indústria do ‘fique rico depressa’ para uns poucos e que foi, ao mesmo tempo, a ‘indústria da fome’ para a maioria” (CASTRO, 1946, p. 269). A fome, portanto, não é apenas expressão de pobreza, mas resultado de uma estrutura econômica dependente que historicamente subordina o território e o trabalho à lógica de acumulação desigual. Essa orientação colonial - que fez do Brasil, nas palavras de Castro, uma “indústria da fome para a maioria” (p. 269) - consolidou uma organização produtiva orientada pela lógica da exportação e da acumulação de

lucros por uma elite vinculada ao mercado internacional, mantendo uma política de produção e de distribuição de alimentos alheia às demandas sociais internas.

Essa acumulação desigual teve efeitos profundos sobre os territórios e as populações mais vulneráveis, produzindo não apenas a escassez alimentar, mas também a propagação de enfermidades decorrentes da subnutrição. O autor demonstra como a fome se manifesta em formas específicas de enfermidades, típicas das regiões em que a dieta é desequilibrada (muitas vezes em função de processos econômicos que são impostos às regiões) e as condições de vida são determinadas por relações de exploração econômica. Como exemplo, o autor usa o caso do beribéri (doença devido à carência de vitamina B1, caracterizada por distúrbios sensitivos e motores) na Amazônia, que se deu durante o ciclo da borracha entre 1870 e 1910. Ao analisar o fenômeno, Castro refuta a ideia de que o beribéri seria consequência das “carências naturais da região”, argumentando que sua origem está no processo histórico e econômico que inseriu a Amazônia de forma dependente no mercado internacional. A incorporação da economia regional à extração do látex, voltada à exportação, desorganizou a produção e o mercado interno e provocou o abandono das atividades agrícolas locais, reduzindo a diversidade alimentar e levando a um quadro de fome e de adoecimento em massa da população. Outro exemplo de doença advinda da subnutrição é o escorbuto, causada pela deficiência prolongada de vitamina C na dieta e resultando em fadiga, fraqueza, dores nas articulações e músculos. Tipicamente vinculada às febres do ouro, em que os garimpeiros possuíam uma dieta pobre em alimentos frescos, como frutas e vegetais, devido à distância de onde viviam. Ambos são exemplos de doenças que se desenvolvem em quadros de fome, consequência direta de um modelo de desenvolvimento que subordina a reprodução da vida às exigências do mercado. Nessa perspectiva, Josué de Castro foi precursor ao distinguir a ‘fome aguda’ - de natureza cíclica e associada a desastres e crises - da ‘fome crônica’ (ou ‘fome oculta’), resultado da carência permanente e específica de nutrientes essenciais na dieta, tal como se observa nas manifestações de escorbuto e beribéri. Esta última, a mais insidiosa e comum no Brasil, evidenciava que o problema não era a *quantidade* total de comida, mas a *qualidade* imposta pela lógica monocultora e de baixos salários.

O pioneirismo da metodologia de Castro, detalhada em *A Geografia da Fome*, reside também na sua abordagem regionalizada. O autor rejeitou a noção de um

mapa da fome homogêneo para o Brasil, preferindo identificar cinco grandes "complexos alimentares regionais" e suas respectivas "fomes típicas". Para Castro, a fome, embora estrutural, se expressava nas regiões de maneiras distintas, determinadas pelo modo de produção dominante em cada área. Por exemplo, ele classificou a Amazônia e o Nordeste como "Áreas de Fome" propriamente ditas, onde a carência calórica e proteica era generalizada. Já o Sudeste e o Sul foram categorizados como "Áreas de Subnutrição", onde a fome se manifestava primariamente como deficiência vitamínica ou mineral específica, fruto da dieta imposta pela lógica de mercado (como o excesso de carboidratos e o baixo consumo de vegetais frescos em grandes centros urbanos).

Essa classificação não era meramente descritiva; era uma ferramenta de denúncia que ligava a dieta de uma população diretamente à sua inserção no sistema produtivo. Se a dieta da Zona da Mata Nordestina era baseada em açúcar e mandioca, levando à carência de proteínas e vitaminas (o que ele chamava de "fome da cana-de-açúcar"), isso era um reflexo direto da priorização absoluta da monocultura exportadora sobre a produção de subsistência. Castro, portanto, usou a geografia política e econômica do país para desenhar a geografia da (sub)nutrição, demonstrando que a mazela social da fome resultava da mazela econômica do subdesenvolvimento dependente. Essa articulação entre a dimensão biológica, geográfica e histórica de fome foi a base para que sua crítica se tornasse um ataque direto à ideologia dominante, que atribui os fenômenos da fome e da subnutrição a fatores naturais ao invés de fatores socioculturais e históricos.

Essa leitura inaugura, no pensamento social brasileiro, a compreensão da fome como uma categoria histórica, geográfica e política atravessada pela contradição entre a abundância de recursos e a reprodução social da fome. Castro propõe articular espacialmente os elementos biológicos e naturais, mas também os elementos históricos e culturais, compreendendo a fome como resultado de um conjunto ecológico, econômico e histórico que se produz e se expressa de forma desigual no território (CASTRO, 1946, p. 16). Para além de iniciar uma nova abordagem ao tema da fome, atribuindo a fatores socioeconômicos e políticos o fenômeno, Josué de Castro também denunciou a posição em que o tema se encontrava na sociedade.

O médico e sociólogo pernambucano Josué de Castro (2004), já nos anos 1940, cartografara a fome no mundo, denunciando, em diálogo com a teoria

social de Freud, a dimensão de tabu que reservava a essa experiência seu pertencimento às zonas de sombras e silêncio de nossa história. Afirmara que, sob os véus do segredo e da vergonha, a fome não podia ser reconhecida e pensada nos meios acadêmicos (brasileiros e mundiais). O silêncio se espalhava para os testemunhos da cultura e se encriptava nos núcleos mais recônditos das experiências subjetivas. Ao se perguntar quais as causas ocultas dessa “conspiração de silêncio”, Castro (2004, p. 12) propõe: “Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido. (MARTINS, KUPERMANN, 2023, p. 28)

Essa abordagem rompe com as explicações fisiológicas ou moralizantes que dominavam o debate até o fim do século XX, fortalecidas ainda mais pelos ventos neoliberais que sopraram na virada do século XX para o XXI, e colocam luz sobre um tema que era tratado nas “zonas de sombra e silêncio”. A pobreza ocupou o “lugar da não política” e foi “figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas filantrópicas” (TELLES, 1998, p. 26). Em Castro, já se propunha deslocar o problema da fome para o campo das relações sociais de produção e para o modo como o espaço é organizado sob a batuta do capital. Ordenadas sob tal batuta, as cidades dos países das margens do capitalismo se assemelham na forma de se organizarem, e nesse contexto a geografia assume papel central na obra de Josué de Castro, oferecendo uma metodologia capaz de articular a ordenação espacial às dinâmicas históricas e socioeconômicas que produzem a fome. O autor se utilizou do geoprocessamento e da multidisciplinaridade como dois elementos basilares de sua metodologia. Mas o instrumento da estatística, tão utilizado pelo autor, mascarava uma realidade profundamente desigual e heterogênea e que não explicava por si só a natureza do fenômeno social sobre o qual buscava se debruçar (NASCIMENTO, 2022, p. 24). É a partir deste entendimento que Castro organiza sua pesquisa, comprometido com o potencial da ciência geográfica de compreender os fenômenos em sua espacialidade, desafiando o que muitas vezes a frieza dos números esconde. O impacto de sua obra transcendeu as fronteiras acadêmicas; sua atuação como presidente do Conselho da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) conferiu-lhe prestígio internacional, mas suas denúncias sobre a geopolítica da fome, que responsabilizavam as estruturas de

poder e não as populações, culminaram na cassação de seus direitos políticos e no seu exílio em 1964, quando amanhecia no país uma longa e sombria Ditadura Militar que duraria 21 anos. Sua trajetória também demonstra que a fome era, e continua sendo, um tema profundamente incômodo para as elites do país.

No contexto brasileiro, essa desigualdade territorial da alimentação - que se manifesta tanto nas áreas rurais quanto nas periferias urbanas - expressa a permanência da lógica colonial identificada por Castro e Davis. A concentração fundiária, a especialização exportadora e a ausência de uma política nacional de subsistência continuam reforçando a gritante desigualdade que, apesar das variações regionais, é expressão de um mesmo projeto econômico, em que os mais ricos enriquecem ainda mais com a pobreza dos mais pobres. Ao revelar que

mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem [...] através da deficiência alimentar que a monocultura impõe (CASTRO, 1946, p. 21)

o autor antecipa uma leitura estrutural da fome como forma de violência e de degradação da vida dos trabalhadores. Este processo, como pontua o professor Ladislau Dowbor (2022, pg. 181) em seu texto *Fome, uma decisão política e corporativa* é “para além de um escândalo ético, (...) uma aberração em termos de organização econômica e social”.

Nesse sentido, a leitura estrutural da fome como resultado histórico de desigualdades produzidas e reproduzidas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo - seja pela herança colonial das relações agrárias, seja pela inserção subordinada do Brasil na economia mundial - permite compreender por que a fome nunca se manifesta como fenômeno natural ou episódico, mas como fato social total. Ao apontar que a monocultura e a concentração de terras produzem “deficiência alimentar” como forma de violência estrutural, Castro antecipa uma chave interpretativa que permanece atual e que encontra eco em análises contemporâneas como as de Dowbor, para quem a fome expressa não apenas injustiça distributiva, mas a própria irracionalidade do modelo econômico vigente. Assim, o fenômeno se afirma como parte de um padrão histórico de despossessão que atinge, de forma diferenciada, territórios específicos e grupos sociais marcados por vulnerabilidades acumuladas ao longo de séculos. A durabilidade de sua análise é um testemunho de sua relevância: é o diagnóstico estrutural de Castro que, décadas depois, serviu de base teórica e inspiração para a formulação de políticas públicas de combate à fome

no país, como o Programa Fome Zero, que reconheceu a alimentação como direito e a fome como produto da desigualdade, buscando ao menos enfraquecer a herança histórica de subordinação da alimentação à lógica de mercado.

No entanto, o legado de Castro é mais uma vez posto à prova no contexto recente. Após um período de avanços sociais, o Brasil assistiu, a partir da eleição de 2018, ao dramático retorno de milhões de pessoas à situação de insegurança alimentar grave, culminando no retorno do país ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas. Este período, marcado pelo desmantelamento de políticas sociais, entre elas as de segurança alimentar e nutricional, a crise econômica e o aumento exponencial da desigualdade, valida, de forma trágica, a tese central de *A Geografia da Fome*: a fome é uma escolha política. A volta da fome para a casa de milhões de brasileiros¹, no país que está entre os maiores produtores de *commodities* agrícolas do mundo, onde a safra recorde² coexiste com a falta de alimento na mesa, é a mais nítida expressão da persistência da lógica colonial de priorização da acumulação de divisas em detrimento da segurança alimentar interna. A crise social do período demonstrou como a matriz estrutural denunciada por Castro - a concentração fundiária, o modelo agroexportador e a desigualdade interna - permanece como o principal motor da miséria alimentar, transformando a luta contra a fome em um campo de batalha permanente contra as forças históricas do capital. Nesse cenário de urgência, novas formas de resistência e solidariedade, como as cozinhas solidárias, emergem na base da sociedade como uma resposta direta à falência do modelo de desenvolvimento, buscando subverter, na prática, a "indústria da fome" denunciada pelo geógrafo pernambucano.

A análise de Castro demonstrou que, embora historicamente a fome estivesse ligada a fatores regionais e rurais, como as secas no Norte e Nordeste, ela sofreu uma profunda transformação no cenário contemporâneo: urbanizou-se. Este deslocamento da fome para os centros urbanos a coloca diretamente no seio da classe trabalhadora periférica, tornando-a uma manifestação da precariedade laboral e habitacional. O objetivo científico-literário de Castro, expresso no desejo de dar

¹ 1 INSEGURANÇA alimentar atinge mais de 60 milhões de brasileiros, diz ONU. **Jornal Hoje**, São Paulo, 6 jul. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/07/06/inseguranca-alimentar-atinge-mais-de-60-milhoes-de-brasileiros-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2025.

² MOURA, Bruno de Freitas. Brasil registra safra recorde em 2022, divulga IBGE. **CNN Brasil**, [S. I.], 14 set. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-registra-safra-recorde-em-2022-divulga-ibge/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

rosto à fome, antecipa a busca pela dimensão fenomenológica da privação, que se torna palpável nas narrativas de testemunho e na análise sociológica da dor da fome. No livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a autora Carolina Maria de Jesus narra com detalhes o paupéríssimo cotidiano de sua vida na favela do Canindé, localizada na Zona Norte de São Paulo. O fio que costura essa história, posteriormente reconhecida internacionalmente pela profundidade e riqueza de detalhes com que descrevia e elaborava a vida que levava, é sempre atravessado pela dureza e severidade da fome.

Resolvi tomar uma media e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como combustível para as máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez. (JESUS, 2014, p. 37)

Carolina narra os efeitos da fome no plano objetivo: alterações visuais, o funcionamento do corpo comprometido, redução da capacidade sensorial. Estes são talvez os efeitos que primeiro são percebidos quando se trata do tema da fome. É também sobre esses efeitos e suas consequências de que trata Josué de Castro em seu livro. Mas Carolina, de dentro do “quarto de despejo da cidade”, narra com detalhes também o impacto absoluto da fome nas outras esferas da vida:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 2014, p. 9)

Essas duas passagens evidenciam que a fome, para além de seus efeitos fisiológicos imediatos, atua como princípio organizador da vida cotidiana, condicionando escolhas, adiando desejos e impondo uma lógica de sacrifício constante. A percepção alterada de mundo e a exaustão corporal descritas por Carolina coexistem com a renúncia a necessidades básicas e afetivas, como o presente de aniversário da filha, revelando que a fome se inscreve simultaneamente no corpo e nas relações sociais. A privação, assim, não apenas compromete a capacidade de trabalhar, caminhar ou enxergar com clareza, mas reconfigura

prioridades, expectativas e valores, estruturando a experiência subjetiva de quem vive sob condições extremas de escassez. Essa dupla dimensão - objetiva e subjetiva - indica que, assim como as causas da fome não são exclusivamente biológicas ou naturais, suas consequências também transbordam o plano fisiológico, servindo como pilar central da organização da vida.

Nesse sentido, a fome atua como um eixo que reorganiza totalmente a experiência do tempo, das prioridades e de qualquer perspectiva que fuja de saciá-la. Quando o corpo é tomado pela urgência de se alimentar, todas as demais dimensões da vida - trabalho, relações sociais, perspectivas, planejamento, mobilidade, participação política - tornam-se secundárias diante da necessidade imediata de matar a fome. A insegurança alimentar extrema produz uma vida vivida um dia de cada vez, em que o futuro perde nitidez e o presente é governado pelo esforço de garantir a própria reprodução naquele exato momento. Sob essas condições, demandas mais amplas, como lutar por direitos, melhorar de vida ou reorganizar a existência, tornam-se distantes ou inviáveis, não por falta de desejo ou consciência, mas porque a fome estreita o horizonte de possibilidades e captura completamente qualquer energia que ainda pode restar. Assim, ela não apenas fragiliza fisicamente, mas estrutura modos de vida inteiros, definindo o que é possível esperar, projetar e pelo que lutar.

Ao longo dessa trajetória, fome, pobreza e desnutrição se consolidaram como caminhos pelos quais a história brasileira nunca deixou de passar, manifestando-se de formas distintas em cada período histórico, mas sempre associadas à negação de direitos básicos e à fragilidade das políticas sociais. Esses fenômenos atravessaram tanto o campo quanto a cidade, configurando um padrão estrutural em que amplas parcelas da população permaneceram expostas à insegurança alimentar como decorrência direta das desigualdades sociais e territoriais. Compreender esse percurso é fundamental para situar a emergência, a evolução e as disputas em torno das políticas de combate à fome no Brasil.

2. As Cozinhas Solidárias do MTST na esteira das políticas públicas de combate à fome no Brasil

A relação entre fome, pobreza e desnutrição no Brasil tem sido amplamente discutida na literatura. Carlos Augusto Monteiro (1995), em seu texto *A dimensão da*

pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil, demonstra como esses fenômenos, embora relacionados, possuem naturezas distintas. Monteiro evidencia que a pobreza por insuficiência de renda alcançava mais de um quarto da população brasileira, com maior incidência no Norte e Nordeste, regiões historicamente marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica. A desnutrição, medida pelo retardo de crescimento infantil, atingia cerca de 10% das crianças, acompanhando essa distribuição territorial da pobreza. Já a fome é medida pela depleção das reservas energéticas da população adulta e aparecia com intensidade muito menor em áreas urbanas mais desenvolvidas, como o Centro-Sul e o Sudeste. Essa diferenciação empírica reforça o argumento de Monteiro (1995) de que, no caso brasileiro, a fome decorre majoritariamente da pobreza, mais precisamente da inviabilidade de acessar alimentos em quantidade e qualidade suficientes, e não da escassez física de alimentos no país.

Essa interpretação é fundamental para compreender a formulação do Projeto Fome Zero, lançado em 2003, no início do primeiro governo Lula. O Fome Zero, elaborado pelo Instituto Cidadania, envolveu a participação de ONGs, movimentos sociais, universidades, organizações populares e sindicatos e partiu do diagnóstico de que a fome no Brasil é principalmente um produto do baixo nível de renda e da desigualdade estrutural (YAZBEK, 2003, p. 44). Seu documento-base reafirmava o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional como direito, orientando uma proposta abrangente que reunia políticas educativas, organizativas e emancipadoras com políticas estruturais, como geração de emprego e renda, reforma agrária, incentivo à agricultura familiar, previdência social universal e políticas locais, articuladas com estados e municípios, como cupons de alimentação, cestas emergenciais, ampliação da merenda escolar, restaurantes populares e bancos de alimentos. A recuperação e fortalecimento do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), diretamente vinculado à Presidência da República, expressava o entendimento de que o combate à fome deveria articular Estado e sociedade civil com a perspectiva de ampliar a participação social. Embora Yazbek reconheça a densidade conceitual e a abrangência estratégica do Fome Zero, a autora também aponta limites importantes, sobretudo a dificuldade do programa em enfrentar diretamente os fundamentos estruturais da desigualdade social que sustentam historicamente a fome no país. Em sua tese de doutorado, Luiz Cláudio dos Santos (2009) evidencia, através da releitura de *Geografia da Fome*,

que o Fome Zero recupera, ainda que tardiamente, um diagnóstico formulado desde os anos 1940: a fome no Brasil é um produto das estruturas socioeconômicas, e não de limitações naturais ou alimentares. Para o autor, a principal inflexão histórica introduzida pelo Fome Zero foi reconhecer enfim que a fome constitui uma questão de interesse público e responsabilidade estatal. Essa aproximação entre Castro e o Fome Zero, no entanto, também revela uma continuidade incômoda: apesar das mudanças demográficas e do avanço das políticas sociais, a causa central da fome permanece ligada ao baixo poder aquisitivo e à desigualdade persistente no seio da sociedade brasileira, que demanda enfrentamentos também às raízes da abissal distância entre as classes sociais no país. O programa é lançado em janeiro de 2003, na alvorada do primeiro mandato petista.

Poucos meses depois, em outubro de 2003, o Bolsa Família é instituído pela Medida Provisória nº132 e em janeiro de 2004 é convertido em lei. Como um programa que unificava iniciativas já existentes, como o Cadastro Único, o Auxílio Gás e o próprio Fome Zero, o Bolsa Família se tornou um dos maiores programas de transferência de renda do mundo. Nesse momento, há um deslocamento do eixo principal das políticas do combate à fome de uma abordagem mais estruturante - proposta pelo Fome Zero, ancorada na participação social via CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), na promoção da soberania alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar, por exemplo - para uma lógica centrada na transferência de renda direta, própria do Bolsa Família. Esse movimento gera debates importantes: autoras como Lena Lavinas (2006) e Sandra Chaves (2015) argumentam que a transição reduziu a integralidade da principal política de segurança alimentar, reduzindo a importância dada ao enfrentamento mais estrutural do problema, proposto pelo Fome Zero. Em sentido oposto, formuladores como José Graziano da Silva (2011) e Tereza Campello (2013) defendem que a unificação ampliou a escala, simplificou a burocracia e possibilitou respostas rápidas à pobreza extrema, sem necessariamente eliminar as ações estruturantes que seguiram existindo em programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Assim, a transição entre Fome Zero e Bolsa Família coloca em pauta também um dilema comum na formulação de políticas públicas: apostar em políticas que tenham maior impacto a longo prazo ou investir em políticas que possam sanar com mais agilidade uma mazela social tão grave quanto a fome?

Uma das principais razões para o declínio do programa como principal política de combate a fome foi a complexidade administrativa do Fome Zero: sua proposta era muito abrangente, com dezenas de ações distintas (restaurantes populares, bancos de alimentos, apoio à agricultura familiar, entre outros), e seu desenho estrutural demandava coordenação intensa entre ministérios e esferas de governo - algo que se mostrou difícil de manter na prática. Além das disputas travadas internamente no governo sobre qual qualidade principal deveria ter a política central de combate à fome, da priorização de recursos para políticas estruturantes ou a transferência de renda direta. Assim, a estratégia para lidar com a insegurança alimentar do país se deslocou para uma política menos complexa e mais fácil de operacionalizar em larga escala - o Bolsa Família, que unificou várias dessas frentes em um programa focado na transferência condicional de renda.

O impacto do Bolsa Família sobre a fome e a insegurança alimentar, mas também na qualidade de vida dos brasileiros beneficiados, é amplamente sabida e divulgada. O estudo “Health effects of the Brazilian Conditional Cash Transfer programme over 20 years and projections to 2030: a retrospective analysis and modelling study” (Efeitos do programa brasileiro de transferência condicionada de renda na saúde ao longo de 20 anos e projeções até 2030: um estudo retrospectivo de análise e modelagem) publicado na revista *The Lancet Public Health* demonstrou que o Programa Bolsa Família salvou mais de 700 mil vidas e evitou 8 milhões de internações entre 2004, quando o programa foi criado, e 2019. A pesquisa é a primeira avaliação sobre o impacto do Bolsa Família sobre mortalidade por todas as causas e idades. Além disso, ele reduziu os riscos de doenças infantis e maternas, bem como diminuiu a mortalidade infantil em 33% e as internações de idosos acima de 70 anos caíram pela metade. Esse impacto expressivo não decorre apenas do aumento da renda ou da ampliação do acesso a alimentos, mas do próprio desenho do programa, que articula transferência de renda com condicionalidades em saúde e educação. Estudos recentes mostram que o programa melhora diretamente as condições de vida e nutrição das famílias - em 2024, mais de 50 milhões de brasileiros estavam cobertos e, em 2023, o valor médio transferido atingiu US\$ 139 por família - mas seus efeitos mais profundos derivam de sua capacidade de integrar renda, prevenção e acesso a serviços públicos. As condicionalidades obrigam o acompanhamento contínuo das crianças no SUS, garantindo vacinação, monitoramento nutricional, acompanhamento de crescimento e pré-natal, o que

produz ganhos duradouros em saúde e na reprodução da vida. Evidências demonstram que municípios com alta cobertura e alta adequação do benefício apresentaram quedas significativas nas taxas de mortalidade padronizadas por idade, com efeitos ainda mais intensos na mortalidade de crianças menores de 5 anos. Assim, a capacidade do programa de combinar alívio imediato da pobreza com integração regular ao sistema de saúde explica por que o Bolsa Família teve impactos muito além da segurança alimentar, contribuindo para prevenir centenas de milhares de internações e mortes evitáveis (CAVALCANTI, 2025).

Tais resultados evidenciam que políticas sociais são determinantes não apenas para enfrentar a desigualdade, mas para produzir efeitos diretos sobre a sobrevivência e a saúde da população. É justamente quando reconhecemos esse caráter vital das políticas públicas que o contraste histórico se torna inevitável: o mesmo país que resgatou 700 mil ao longo de quinze anos de proteção social perdeu número equivalente de brasileiros em menos de dois anos de pandemia. Esse paralelo, longe de ser apenas numérico, explicita a força dos programas sociais - e, sobretudo, o impacto devastador de sua ausência ou fragilização.

O histórico debate sobre a fome e sua recente entrada no debate público como tema prioritário ajudam a iluminar como, em diferentes momentos da história brasileira, a fome funciona como marcador brutal das desigualdades estruturais e como as formas de enfrentá-la, ou de relegá-la ao silêncio, oscilam conforme sopram os ventos da política. Essas dinâmicas se tornam ainda mais evidentes em períodos de crise profunda do capital, quando indicadores sociais se deterioram com rapidez e as condições de vida das camadas populares se fragilizam de modo acelerado. Em 2020, o mundo todo se deparou com a maior crise sanitária desde o início do século XX e, ao contrário de narrativas que previam uma equivalência da vulnerabilidade, apostando em frases como “estamos todos no mesmo barco”, ora com tom mais armagedônico, ora com tom mais esperançoso - como se num passe de mágica a desigualdade construída em milhares de anos pudesse ser apagada por um vírus - a desigualdade já existente estava prestes se mostrar nos piores indicadores das crises sociais existentes no último século.

Nesse cenário, em que a crise sanitária aprofundou de forma dramática a já histórica desigualdade brasileira, tornava-se evidente que a garantia da sobrevivência da população mais pobre não poderia depender apenas das respostas estatais, mas da capacidade de organização coletiva nos territórios. A conjunção

entre agravamento da fome, colapso das redes de proteção social e ausência de gestão pública eficaz produziu um vácuo que foi ocupado por iniciativas populares, entre elas as de associações de moradores, de igrejas, sobretudo as evangélicas (RUIZ, TATAGIBA, 2021), torcidas organizadas (TOLEDO, 2020), movimentos sociais, entre outras. É nesse contexto que experiências de ação comunitária e de solidariedade ativa ganharam visibilidade e densidade política, abrindo caminho para compreender o papel da articulação territorial, seja via movimentos seja via outras organizações, na produção de respostas concretas às urgências do período. Entre elas, destaca-se a atuação do MTST, cuja criação das Cozinhas Solidárias durante a pandemia se consolidou como uma das formas mais expressivas de enfrentamento territorializado à fome.

Durante a pandemia, a população moradora das franjas da cidade enfrentava, de um lado, a iminência da contaminação pela Covid-19 e, de outro, a fome. Esse quadro foi imensamente agravado pela presidência de Jair Bolsonaro, marcada pelo negacionismo e respostas tardias e desarticuladas ao enfrentamento dos impactos sociais e econômicos da pandemia, especialmente sobre a população mais pobre. Foram 700 mil mortes por Covid-19, um número que poderia ter sido atenuado com uma condução adequada e comprometida com a vida dos brasileiros. Um mês antes de 40 novos brasileiros debutarem no ranking de bilionários da Revista Forbes³, as filas da distribuição de ossos em alguns açouques do país não paravam de crescer⁴. É nesse contexto que as Cozinhas Solidárias emergem como solução concreta à crise que avançava sobre a saúde da população, não apenas através do contágio pela Covid-19, mas também com a fome, que, ao deteriorar as condições nutricionais e imunológicas, potencializava a possibilidade de contração da doença e seus efeitos (JAMES, 2021). Ações de solidariedade passaram a ser organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), notadamente por meio de entregas de cestas básicas nas periferias de todas as regiões de São Paulo. No entanto, conforme a entrega era feita, outro problema se revelava: parte dos moradores das periferias não tinham gás para cozinhar. O preço dos botijões subia por diversos fatores, entre eles o aumento da demanda decorrente do maior

³ Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/27/40-novos-bilionarios-brasileiros-forbes.htm>

Acesso em 11/07/2025.

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml> Acesso em 11/07/2025.

consumo em domicílios durante o isolamento social. Esta era uma realidade que dificilmente se manifestava nas ocupações do movimento, onde café da manhã, almoço e jantar são preparados coletivamente e servidos para a militância e as pessoas que fazem suas lutas dentro do movimento. Esse cotidiano, em que as refeições estão garantidas, apesar de infelizmente não ser uma realidade para parte importante dos brasileiros, é central para o funcionamento do movimento. A fim de compreender como e por que as Cozinhas Solidárias emergiram como resposta coletiva à crise pandêmica, é imprescindível recuperar a formação histórica do MTST e o papel que o movimento passou a desempenhar na disputa pela cidade e pela sobrevivência cotidiana das classes populares.

2.1 Organização e prática política do MTST

Presente hoje nas periferias de todas as regiões de São Paulo e de outros 16 estados, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto surgiu em 1997 como o braço urbano da luta pela terra. Sua emergência se deu em um período de reconfiguração das lutas populares que voltavam ao cenário político com a redemocratização do país. Essa reconfiguração se dava pelos desafios colocados para a vida do povo com a implementação direta de políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso. Um ano antes do surgimento do movimento, o desemprego atingia 15% nas regiões metropolitanas, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), e o salário mínimo era inferior a R\$115 mensais. Em franco declínio, as condições de vida da população mais pobre residente das áreas urbanas fez as periferias das principais cidades do país explodirem. Sem qualquer programa ou política pública com alguma robustez voltados para a questão da moradia, os despejos e aluguéis abusivos empurravam as famílias para as margens da cidade (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017) Diante desse cenário, o MTST nasce tanto como uma alternativa para organizar a demanda por uma política de habitação real quanto como uma outra maneira de organizar as classes populares no contexto urbano, num cenário em que o chão de fábrica e os sindicatos já não eram tão centrais na vida dos trabalhadores. Com o avanço da informalidade e da fragmentação das relações de trabalho, a organização territorial passa a se revelar como uma saída que reúne as necessidades materiais,

expressas nas ausências de políticas públicas e infraestrutura, e a possibilidade de organização dessas lutas.

A forma como o MTST organiza suas lutas fica expressa na forma também como suas ocupações se organizam. Os chamados “G’s” dividem a ocupação e seus barracos. Cada “G” possui uma coordenação, que fica responsável pela manutenção da infraestrutura e também da relação com o povo, chamando para as assembleias, atos, formações e atividades. É principalmente por meio dessas tarefas que se forma a maioria dos dirigentes do movimento. Quando recente, a ocupação possui apenas uma cozinha, que serve as refeições para aqueles que já estão construindo a ocupação, mas também para os novos acampados que chegam. Mas para além de sua função objetiva, a cozinha desempenha um papel também de centralidade nas interações que se dão nesse contexto. “A cozinha é o coração de uma ocupação” - a frase, repetida por militantes, sintetiza bem a sua importância, reunindo todos pelo menos três vezes ao dia nas refeições. É a primeira estrutura a se erguer em um terreno novo e, enquanto se ergue, já é possível sentir o calor da comida sendo preparada e o cheiro do caldo da primeira noite. Conforme a ocupação ganha corpo, os “G’s” são definidos e passam a ter cada um a sua própria cozinha, onde se desenvolvem as formações políticas, as atividades com crianças, as oficinas, os mutirões de saúde e jurídicos.

A transformação que se desenrola no cotidiano de uma ocupação - em que a convivência, a organização coletiva e a divisão de responsabilidades se convertem em processos formativos - aparece de maneira particularmente nítida nas trajetórias individuais de quem ingressa nas ocupações. A construção lenta de uma nova qualidade de vínculo, mediado pelas regras e linha do movimento, o assumir de tarefas e a vivência diária das estruturas organizativas do movimento produzem deslocamentos subjetivos que dificilmente podem ser compreendidos apenas pela lógica da necessidade material. A subjetividade da sociedade neoliberal, em que a falta de teto, por exemplo, atesta o fracasso de um indivíduo, é forjada pela vivência. A lógica de concorrência no trabalho, no desempenho no sistema escolar, a flexibilização das relações de trabalho, que faz cada um dono de seu próprio tempo (e assim, seu próprio fracasso) (DARDOT e LAVAL, 2016). Uma subjetividade como essa, forjada no constante sacrifício das classes populares por direitos básicos, só pode ser deslocada também pela vivência. Nas ocupações do MTST, esse deslocamento se dá pelo reconhecimento de cada um como parte de algo que é

maior e que caminha junto em direção a um mesmo objetivo. É comum ouvir relatos da coordenação que lembram o efeito de vivenciar uma primeira marcha por moradia. Se ver como parte de um “mar vermelho” pela primeira vez, tem efeito pedagógico nesse processo. De descobrir e redescobrir capacidades antes invisíveis e de reconfigurar a própria relação com o mundo e a falta de garantia de direitos. A história de Edvane, relatada em livro que reúne depoimentos de militantes do movimento, ilustra de forma potente esse processo de transformação que emerge na experiência da ocupação:

A primeira vez que entrei em uma ocupação foi no dia 5 de maio de 2018. A Ocupação Marielle Franco aconteceu no dia 28 de abril. Os meninos que trabalhavam com meu irmão comentaram que foram lá, montaram os barracos deles e começaram a encher os pacovás da minha irmã: "vai lá mãe, é diferente". E eu dizia: "que diferente?! Vocês estão invadindo realmente o que é dos outros, vocês vão apanhar lá!" Mas fui lá, vi aquela muvuca, aquela correria para cima e para baixo; o povo subindo com as madeiras lá pra cima do terreno e eu falei: "Samuel, você tem certeza que você vai ficar aí?" Ele disse: "Vou! Eu vou ganhar um apartamento, vou montar minha casa". Alguns minutos depois a Bia chamou o pessoal acampado do G12: "Reunião!" Eu fui e ela começou a falar que tinha que ter uma coordenação no G (...). O pessoal olhou para minha cara e eu só me afastei: 'eu não posso', mas depois acabei aceitando. No final do dia a Rosa me disse, 'bora menina, vamos descer para a reunião de coordenação'. Aquilo era difícil porque eu estudava, estava terminando o colegial, faltava um ano pra terminar, mas aceitei. O desafio faz a gente continuar, é muito sério quando uma pessoa larga tudo na tua mão e você tem que mostrar que sabe o que deve fazer. (...) Aí eu comecei a me sentir desafiada (...). As tarefas do dia a dia da ocupação foram me encantando. Porque encanta, cara! Quanto mais bonito você vê o G, mais encanta. E aquilo foi me encantando pouco a pouco e eu não larguei mais. O MTST hoje é parte da minha vida. Falo que eu fui mordida pelo bichinho da lona preta. (SILVA, 2023, p. 24)

A hegemonia dos valores da sociedade capitalista fabrica o entendimento que a propriedade privada é inviolável, entendimento que sob nenhuma circunstância deve ser desafiado. Pouco importa se as periferias das grandes cidades são habitadas por trabalhadores e trabalhadoras que moram em áreas de risco, sem saneamento e água encanada, por vezes tendo de escolher entre o aluguel e as refeições do dia. Nada disso vence em importância desta categoria sacralizada que

é a propriedade privada (como já diria Carlos Walter (2006), mais valia uma missa!). Mas diante da necessidade material, os futuros acampados do movimento se arriscam na contradição entre a realidade acachapante da ausência de direitos e seus sistemas de crenças, muitas vezes alinhados com o senso comum da propriedade inviolável. Aceitando inclusive fazer aquilo que condenam moralmente, ou seja, ocupar um terreno abandonado

Essa maneira de ver o mundo aparece nitidamente nos relatos dos que lembram de seus primeiros passos dentro do movimento. Como contou Edvane, a decisão de ocupar não nasce de uma convicção política num primeiro momento, mas de uma realidade incontornável: o aluguel impossível, a ordem de despejo muitas vezes batendo à porta, a insegurança de não saber como será o dia de amanhã. Não é à toa que a maioria dos acampados que entram para uma ocupação e decidem por ficar na luta, se organizando e assumindo novas tarefas, são mulheres. Muitas vezes, chefes de família (segundo o censo do IBGE de 2022, 49,1% dos lares são chefiados por mulheres) sobre carregadas pelas tarefas de cuidado e responsáveis diretas pela reprodução da vida. São essas mulheres que sentem primeiro quando o orçamento aperta. Ainda assim, mesmo com o peso do estigma e a culpa de estar “invadindo”, os acampados que ousam pisar numa ocupação pela primeira vez abrem em si uma brecha para que outra visão de mundo possa ser construída. A subjetividade neoliberal não desaparece na porta da ocupação; ela entra junto. E esse conflito interno, entre o que é moralmente aceito na relação com a propriedade privada e a sobrevivência, marca profundamente o início da trajetória de muitas pessoas no MTST. Nesse momento de tensão subjetiva que a experiência coletiva começa a reconfigurar percepções. Edvane descreve que foi na rotina da ocupação - no café preparado todos os dias pela manhã, nos mutirões da ocupação, nas reuniões de organização — que o entendimento sobre “tomar do outro” começou a se deslocar. Ao participar da vida da ocupação, outra lógica se desvela aos olhos atentos: não a do mérito individual ou da troca comercial, mas a da construção do que é comum. Assim, antes mesmo de se discutir política propriamente, é a própria vivência material que inaugura uma ruptura possível com os valores individualistas.

Ao oferecer refeições diárias e gratuitas, esses espaços reconfiguram o cotidiano daqueles que entram para a luta, que, ao se depararem com as contradições postas no ato de ocupar, “pegar o que é dos outros”, na cozinha

também podem conhecer outra forma de organização da reprodução da vida. Pouco importa se alguém nunca trouxer alguma doação para a cozinha, participando do preparo e colaborando como pode, todos têm sua vez na fila do pão. É a compreensão de que comer junto é também decidir junto, cuidar junto, construir laços de confiança e pertencimento que não se formam nos espaços institucionais tradicionais. A cozinha, nesse sentido, funciona como um laboratório cotidiano de sociabilidade popular, onde se testam e se vivem, ainda que de forma fragmentada, horizontes de outra sociedade possível. É esse acúmulo organizativo e simbólico, tecido no calor das panelas e no improviso dos mutirões, que será levado adiante, em nova escala e formato, com a criação das Cozinhas Solidárias - uma aposta em ampliar, territorializar e afirmar politicamente a alimentação como direito e como prática estruturante.

2.2 As Cozinhas

As Cozinhas Solidárias, embora pensadas em um contexto emergencial de crise sanitária e social, não representam uma ruptura com a trajetória organizativa do MTST, mas sim uma reestruturação de práticas já consolidadas. A garantia da alimentação, historicamente central na reprodução cotidiana das ocupações, é ressignificada como estratégia de enfrentamento à fome em larga escala, aprofundada (e não inventada) na pandemia. Ao mesmo tempo, o formato das Cozinhas dialoga com experiências internacionais de organização popular em torno da alimentação. Em Setembro de 1968, na Igreja de Santo Agostinho de Oakland, se iniciava o *Free Breakfast Program* (Programa Café da Manhã Gratuito, em tradução livre) desenvolvidos pelo Partido do Panteras Negras nos Estados Unidos, e ao final de 1969 já havia cozinhas instaladas por todo o país. O programa tinha como objetivo imediato alimentar as crianças das comunidades, mas um horizonte mais largo de se encontrar com as demandas reais do povo. (HEYNEN, 2009) Com o crescimento do programa, o partido também cresceu, e pressionou o poder público a propor alternativas à alimentação da comunidade. Como afirma Eldridge Cleaver (2006), “o programa dos Panteras liberta as crianças desse aspecto da pobreza, retirando-as do sistema e organizando-as em uma alternativa [...] Isso é liberdade na

prática”⁵ (em tradução livre). A popularidade do partido cresceu, resultando em aproximadamente 5000 filiados ativos e mais de 45 diretórios espalhados pelo país (HEYNEN, 2009, p. 411). A alimentação não era apenas uma política de mitigação da pobreza e da fome, mas uma forma de se aproximar das comunidades e criar outras alternativas de sociabilidade possíveis.

Atravessando a linha equatorial, as respostas populares ao descaso do poder público nos revelam também quantas semelhanças compartilham os países da Quarta Parte do mapa, e ainda mais daqueles do Terceiro Mundo. São inúmeras iniciativas especialmente marcadas pela participação massiva de mulheres na suas criações e em suas manutenções, entre elas *los Clubs de Madres*, *los Comités del Vaso de Leche*, *Ollas Comunes*, *Comités de abastecimiento* e os *Comedores e Merenderos Populares* (BLONDET e MONTEIRO, 1995). Iniciativas populares de combate à fome e proteção social eclodem no Peru, no Chile, na Argentina, no Uruguai, nas ditaduras que assolaram este lado sul do mapa, mas também em outros momentos de hiperinflação e colapso do trabalho.

Nesse sentido, as Cozinhas Solidárias constituem uma síntese entre a prática territorial do MTST e repertórios históricos de ação coletiva, consolidando-se como iniciativa que alia o combate imediato à insegurança alimentar à construção de formas alternativas de organização social. A primeira unidade das Cozinhas Solidárias foi inaugurada em março de 2021, no Jd Damasceno, bairro da Brasilândia, Zona Norte da cidade de São Paulo. Segundo dados divulgados no início de abril daquele mesmo ano pela Rede Penssan⁶, mais da metade dos brasileiros havia se deparado com alguma insegurança alimentar no fim de 2020, e 9% passaram fome⁷. Esse formato de cozinha passa a ser replicado pelas periferias de São Paulo, na região metropolitana e em outros estados do país. No cenário da crise, as cozinhas se consolidam como um verdadeiro projeto no movimento, servindo em torno de 100 marmitas por dia em cada unidade. Ao final de 2022 já eram 31 espalhadas pelos estados de Roraima, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. Durante o auge da pandemia, o funcionamento das Cozinhas

⁵ Original: “Breakfast for children pulls people out of the system and organizes them into an alternative. [...] This is liberation in practice.”

⁶ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

⁷ Percentual foi maior em lares de pessoas pretas e pardas (10.7%), chefiados por mulheres (11.1%) cujos moradores tinham grau de escolaridade até o Ensino Fundamental (14.7%)

Solidárias se revelou fundamental para garantir a alimentação de milhares de famílias. As unidades operavam diariamente, mobilizando uma rede de militantes e voluntários que asseguravam a preparação e a distribuição das refeições, mesmo diante de uma realidade completamente estarrecedora em que recordes de mortes diárias pela Covid-19 eram diariamente batidos.

Com o tempo, as cozinhas deixaram de ser uma resposta emergencial para a crise sanitária e econômica e se consolidaram como um projeto permanente de enfrentamento à insegurança alimentar, recentemente se tornando política pública⁸. Nesse processo, as cozinhas se tornaram não apenas um dispositivo de mitigação da fome, mas também um espaço de articulação territorial, onde atividades educacionais, culturais e de lazer, mutirões jurídicos e de saúde ocorriam, promovidos pelo próprio MTST e parceiros que se aproximaram do projeto. A partir da sua inauguração como política pública, é possível situar o Programa das Cozinhas Solidárias dentro de uma genealogia de políticas de combate à fome no Brasil, ao lado de programas como o Fome Zero e o Bolsa Família, como citado anteriormente. Ainda que compartilhem algumas semelhanças, as Cozinhas operam segundo outra lógica de ação. Enquanto o Bolsa Família se consolidou como principal referência de programa nacional no enfrentamento à pobreza, com base em uma política de transferência condicionada de renda, as Cozinhas se inscrevem em uma dinâmica territorializada. Ao atuarem diretamente nos territórios, essas iniciativas passam a disputar referência, legitimidade e espaços com outros agentes locais - organizações religiosas, lideranças comunitárias, associações de bairro, iniciativas assistencialistas e filantrópicas - que, embora frequentemente vejam com bons olhos a presença das Cozinhas, mantêm seus próprios projetos, interesses e agenda.

A atuação das Cozinhas Solidárias tensiona essas relações ao politizar a luta contra a fome, vinculando-a à justiça social, à soberania alimentar e ao direito à cidade. Ao mesmo tempo em que se ancoram na primeira necessidade para a reprodução vital - a alimentação -, as cozinhas, ao chegarem no território, ressignificam o acesso ao alimento, desafiando a lógica do capital, segundo a qual

⁸ Em 2023, o deputado federal Guilherme Boulos apresentou um Projeto de Lei que instituiu um programa nacional de Cozinhas Solidárias. Após aprovação no Congresso Nacional, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social implementou a política, que estabelece o credenciamento de cozinhas solidárias e comunitárias organizadas pela sociedade civil, garantindo repasses financeiros destinados a apoiar e complementar o atendimento realizado nesses territórios.

comer depende, antes de tudo, do poder aquisitivo. Nesse deslocamento, a comida deixa de ser mercadoria para se tornar um vínculo social, um bem comum e um espaço de acolhimento, operando tanto no plano material quanto simbólico da vida cotidiana. Segundo Ana Fani Carlos Alessandri (2019), inspirada em Henri Lefebvre, é no plano da vida cotidiana que a existência social dos seres humanos se realiza. Na metrópole, o cotidiano é historicamente produzido, sendo redefinido a todo instante por forças globais e econômicas. “A metrópole reproduz-se de forma incessante e ininterruptamente” (CARLOS, 2019, p. 27). Esta metrópole que se produz a todo momento o faz em direção a uma “cidade de negócios”, uma cidade que segregá, em que tudo está submetido ao universo da mercadoria, inclusive o elemento mais básico da subsistência que é a comida.

Nesse sentido, quando a garantia da alimentação deixa de ser mediada pelo dinheiro em um bairro, algo neste cotidiano se desloca. É evidente que há múltiplos fatores que estruturam e reproduzem a desigualdade — desde o acesso à moradia e ao trabalho até a escolaridade, o transporte e a segurança. No entanto, a comida ocupa um lugar singular: por ser a necessidade mais imediata e inadiável da vida, é justamente sua falta que expõe, de forma mais brutal, a profundidade da desigualdade social. A fome revela aquilo que muitas vezes permanece naturalizado — que, num sistema em que viver depende da capacidade de comprar alimentos, parte da população tem sua própria existência negada. Por isso, quando a alimentação passa a ser garantida coletivamente, sem mediação do poder aquisitivo, não se trata apenas de matar a fome, mas de reordenar simbolicamente o território, recolocando o direito à vida no centro das relações.

Para compreendermos o grau deste deslocamento e como essa ressignificação se concretiza no cotidiano, é fundamental ouvir aqueles que constroem e mantêm todos os dias as cozinhas solidárias. Ao narrar suas experiências, coordenadoras, cozinheiras e frequentadores revelam como a prática cotidiana da solidariedade produz novas formas de pertencimento, proteção e reapropriação da vida no território. Neste trabalho, vamos nos apoiar na experiência de três cozinhas, todas localizadas na Zona Sul e sudoeste da região metropolitana de São Paulo - a Cozinha Solidária Jardim Bananal (Jd. Ângela), a Cozinha Solidária Jardim Iporanga (Grajaú) e a Cozinha Solidária Luciana Ferreira (Embu das Artes) - a primeira inaugurada em 2022, a segunda em 2023 e a terceira no auge da pandemia, em 2021. Apesar de localizadas na mesma parte do município, como

dizem os companheiros da região, “a Zona Sul é um mundo!”, cada uma das cozinhas, apesar de partilharem de um mesmo mundo, têm histórias distintas.

A Cozinha Solidária Jd. Bananal, inaugurada em 2022, fica localizada na Chácara Sonho Azul, no Jardim Ângela, pouco antes da divisa com o município de Itapecerica da Serra. A comunidade, segundo Jane, moradora e coordenadora da cozinha, é parte de um reduto forte de direita que tem na Zona Sul de São Paulo grande parte de sua base eleitoral, cuja prática política é fortemente assistencialista e clientelista. Pouco tempo depois da inauguração da Cozinha no bairro, uma unidade do projeto Cozinha Escola, da Prefeitura de São Paulo, foi inaugurada poucas ruas acima. “A mistura lá sempre é diferente”, pontua Jane “enquanto a gente tava aqui servindo salsicha, eles serviam peixe, bisteca”. A estrutura com que a cozinha inaugurada pela prefeitura podia contar era muito maior do que a que a Cozinha Solidária contava à época. Hoje, a Cozinha entrega cerca de 100 marmitas todos os dias.

Na fila, conversei com Jorge, motorista de 50 anos que “já conheceu esse brasilzão de cabo a rabo”. Trazido por um camarada, começou a ser atendido pela Cozinha depois de passar pela Cozinha Escola da prefeitura. “Lá tem mesa, você senta, pega o prato e come”, me explicou. A Cozinha do Bananal, por sua vez, funciona em uma garagem; a fila que se forma percorre todo o espaço interno e dobra para a rua. Perguntei a Jorge por que, mesmo tendo a outra cozinha uma variedade maior de mistura (proteína), mesa e cadeira, ele escolhia a Cozinha Solidária do Bananal. “Eu gosto é daqui, aqui é mais próximo e é daora” disse ele, rindo “E aqui me chamam pelo meu nome.”

Michele, de 30 anos, também é atendida pela Cozinha Solidária Jd Bananal todos os dias. Tem uma filha de 5 anos que também almoça lá. “Meu marido trabalha fora, eu não trabalho. Quer dizer, eu trabalho dentro de casa né” ela ri “é muito trabalho, o que uma mulher faz dentro de casa um homem não faz na rua.” Com a cozinha, o trabalho dentro de casa para Michele diminuiu muito. Ela e sua filha vêm, se alimentam na cozinha e a perua passa para pegar Helena, que tem 8 anos. Da família de Michele, 5 pessoas são atendidas.

Jane, que começou sua luta como acampada do movimento nas primeiras ocupações da região, hoje coordena a cozinha. “Eu acho que a alimentação é um porto seguro, é onde abre espaço para abrir outros acessos pras pessoas. É a primeira porta ”, diz ela. “Se você arrumar um emprego com a barriga vazia, você

não consegue continuar nesse emprego". Na fila, os perfis são variados, um terço das pessoas ficam entre mulheres de mais idade e mais jovens, dois terços homens, mais jovens do que mais velhos. Alguns pegam a marmita para levar para o trabalho, outros levam para sua família, outros vão dividir aquela marmita em almoço e jantar.

Hoje, contemplada pela política pública, a cozinha pode contar com mais estrutura, mas também tem a sua dose de burocracia. Entre o preparo da cozinha e a montagem das marmitas, Joelma e Jane se revezam para registrar, pegar os nomes dos atendidos, enviar tudo redondo para a prestação de contas. Pergunto a elas se a política pública ajudou ou atrapalhou mais o cotidiano delas e Joelma responde "agora temos mais recurso, mais estrutura, mais preparo, mais capacitação" e Jane complementa "o movimento já garantia isso pra gente. Nossa comida sempre foi saudável e a gente sempre fez cursos" e Joelma segue "Mas agora o movimento pode colocar energia em outras coisas, foi muito bom ter virado política pública".

Joelma, que veio da Bahia para São Paulo com 14 anos para trabalhar como empregada doméstica, diz que tem saudades da família.

Tenho muita saudade da minha mãe. No dia que prendeu o Lula, eu tava em São Bernardo, né? Aí depois que prenderam ele eu fiquei sentada assim na calçada, peguei o telefone e liguei pra ela e falei assim 'ô mãe, acabou tudo'. Ela disse assim 'precisa ter fé, não acabou não'. Eu fiquei tão feliz que quando ela morreu ele já tava solto. Todos os dias a noite ela ia até a janela, olhava pro céu e rezava um pai nosso pra ele. Até os pequenininhos sabiam. Falavam assim 'cadê vó?' 'tá lá na janela rezando pai nosso pro Lula'.

De família petista, Joelma entrou para a luta pela Ocupação Vila Nova Palestina, há 12 anos e hoje, para além da cozinha, se envolve também com outras atividades do MTST na região. Mulher de fé, sua crença sempre a acompanha, e acredita que a esquerda poderia ganhar muito se dialogasse mais com a religião.

"Nós pratica, mas não prega. Ainda somos tímidos", ri, "porque o evangelho é pra ser vivido, e nós fazemos isso. Nós mata a fome de quem tem, nós acolhe. A direita não tem vergonha. (...) O erro tá aí, porque nós pratica e não prega, e eles pregam e não pratica."

A religião, especialmente a evangélica, está no coração da maioria da base social do MTST e não é diferente do público atendido pela Cozinha Solidária. Joelma nos fala sobre essa relação:

Você pode ter certeza disso. Você chega numa comunidade dessa aqui, sábado, domingo, todo mundo embriagou, bebeu, se drogou, se prostituiu, como que a mente dessa pessoa tá? Aí o evangélico, o que ele faz, ele pega a bíblia e ele vem: Jesus te ama, Jesus te cura, Jesus te quer, vamos pra igreja, vamos orar, você vai ficar bem. É tudo que todo mundo quer ouvir. Então eles têm essa sabedoria de dar um lugar pra pessoa e abraçar aquela pessoa que tá vazia. É nesse sentido que atrai as mulheres, as famílias, as pessoas. Por isso que a igreja lota. Porque todo mundo que faz isso sabe que tá errado e tá cheio de culpa. Aí quando chega alguém, conversa com você e tira você daquele abismo, alivia a sua consciência, falando Deus é bom. Pra mim é uma timidez achar que religião não tem nada a ver com política

Joelma, em sua fala, desvela o papel que a religião cumpre na vida das pessoas das comunidades. Não como elemento secundário, mas como parte central da forma de lidar com sofrimento, culpa, dor. Seu relato mostra que a força das igrejas, especialmente as evangélicas, não se explica apenas pela doutrina, mas pela capacidade de oferecer “um lugar pra pessoa”, um espaço de acolhimento simbólico e comunitário quando todas as outras instituições parecem ausentes. Não é de hoje que este tema ronda a esquerda, ora apontando para caminhos mais diretos de diálogo, ora evitando ao máximo tocar no assunto. Mas pelo menos isso é inegável: a vivência da fé é total nas periferias, e a religião aparece de modo recorrente também nos relatos de outras companheiras e companheiros entrevistados, seja como fonte de força para atravessar momentos de falta de recursos absoluta, seja como forma de pertencimento e reorganização da vida. Essa presença, que atravessa a vida e a forma de ver o mundo, ajuda também a compreender o ambiente em que as Cozinhas Solidárias se inserem - um território no qual fé e política se imbricam de maneiras complexas, desafiando leituras simplificadoras tanto do campo progressista quanto do conservador.

Apesar de inúmeras semelhanças, a Cozinha Solidária Jd. Iporanga tem sua própria história. Localizada no outro extremo da Zona Sul de São Paulo, no Grajaú, a Cozinha.S. Jd Iporanga é a segunda cozinha aberta na região. “Quando a cozinha chegou, as pessoas pararam de passar fome no bairro”, conta Caroline, coordenadora da cozinha e mãe do Pedro e da Helena. A cozinha serve em torno de

100 marmitas por dia, entregues às 12h, de segunda a sexta. A fila dessa cozinha, diferente das outras, é conhecida pela batucada. Cerca de 20 crianças se posicionam no início da fila e começam a bateria, rimando e cantando. “Essas crianças aqui passavam fome antes, o que segurava era a escola. Agora elas vão almoçadas, ou chegam da escola e vem correndo pra cá”, conta Carol. A quantidade de crianças atendidas pela cozinha no bairro é atribuída a casas com mais de 12 crianças, em que, em alguns casos, a família se encontra em situação de extrema vulnerabilidade, algumas vezes também em situação de drogadição. “Aqui só não tem crianças fora da escola por causa do Bolsa Família, se não fosse isso...”. Sua fala evidencia que, mesmo com a atuação cotidiana da Cozinha Solidárias, sem o Bolsa Família talvez a vulnerabilidade de muitas famílias se aprofundaria ainda mais.

A cozinha recebe atividades todos os finais de semana, entre elas atividades educacionais para as crianças, cinema sem-teto e aulas de crochê. “Essa porta aberta é muito importante. A Cozinha Solidária do Jardim Iporanga conseguiu matar a fome de mais de 250 pessoas por dia”, diz Rosângela, cozinheira e agora presidente da associação de moradores do bairro. “Olhando e vendo um bairro assim, você olha e vê esses predinhos, você acha que não tem ninguém necessitado. É onde a gente se engana. Porque dentro desses predinhos tem muita criança que não toma café da manhã.” Rosângela conta que antes que do projeto chegar, ela já se organizava no bairro, pegava doações e cozinhava para a vizinhança. Hoje, pode fazer o que fazia com estrutura, com mais garantia a cada dia, e tendo certeza que todos que precisam vão ter o que comer. Rosângela conhece todos pelo nome, sabe quantas marmitas vão para cada família e sabe qual pote é de quem.

Tem idosa que chega aqui e confidencia. Esse sofá que você tá sentada, muitas das pessoas que sentam aí confidenciam aquilo que elas não conseguem gritar lá fora. Às vezes a gente deixa a cozinha lá, uma fazendo o alimento e a outra fica aqui ouvindo.

Rosangela também é evangélica e começou a se aproximar das ações sociais pela igreja. Conta que antes não conseguia lidar com crianças, mas passou a pegar gosto (e jeito) depois que começou a frequentar o culto. Hoje leva as crianças para o parque, para ver desfiles e festas e está sempre atenta em como estão sendo tratadas. Conhece suas famílias e sabe quais passam mais dificuldades:

As vezes a fila ta imensa, eles sentem vergonha porque eles queriam tá dentro dos seus lares fazendo esse papel. Podendo sustentar a tua casa.

Só que infelizmente, por algum motivo, por alguma razão do destino deles, eles acaba tendo que se dispor a tal situação. Mas eu falo pra cada um deles 'aqui vocês têm a possibilidade de vir almoçar, almoçou, a gente empresta wi fi, você procura uma vaga de emprego, procura uma qualificação. Semana passada veio uma pessoa me agradecer, perguntando como que podia ajudar com a Cozinha Solidaria. 'Porque quando eu estive com fome, sem nada na minha casa, sem fogão, essa cozinha me alimentou, e nenhuma de vocês sabiam. Hoje eu to vindo contar.

Nos relatos da Rosangela, é possível perceber como a fome, especialmente na cidade, é passível de ser ignorada. Muitas vezes as pessoas moram, pagam seu aluguel, ou têm a sua casa, mas a renda mensal não cobre tudo e acabam tendo que escolher entre um e outro.

Rose, há 8 anos em São Paulo, nascida na Bahia, tem 50 anos e também é atendida pela cozinha todos os dias. Trabalha com reciclagem e, antes da cozinha chegar, se via na encruzilhada do aluguel e do alimento de casa: "às vezes eu tinha que pagar o aluguel e não tinha como me alimentar também. Hoje, eu tô sem luz, sem bujão, sem nada. Isso aqui é a salvação na nossa vida", disse chorando enquanto abraçava Carmem. "Só de ter o que comer, o bom tratamento, a risada, a brincadeira, num é? Ela bota música de crente, daí a pouco bota um funk, entendeu? Tudo isso cabe no mesmo espaço"

Carmem também vem da luta do MTST. Entrou em 2018 na ocupação Marielle Franco, no Grajaú. "Não queria saber de nada de coordenação", mas ia todo dia de manhã para a ocupação. Quando os responsáveis da cozinha saíram, ela ficou. Era responsável pelo G8 e foi se envolvendo com as tarefas da organização da ocupação. "Era muito legal, porque eu chegava de manhã, fazia o café e o pessoal chegava e perguntava 'tem mistura aí?' se não tinha, eles logo desciam pra buscar." conta. "As Cozinhas Solidárias surgiram na pandemia, mas aquelas lá já existiam faz tempo". Carmem é cozinheira junto com Rosangela na cozinha, as duas intercalam louvores e blues na caixa de som enquanto preparam 10kg de arroz e 5kg de feijão. Carmem critica aqueles que acham que o combate à fome é uma luta menor que outras lutas: "Matar a fome é uma luta todos os dias. Matar a fome é uma guerra."

Do outro lado da Zona Sul, na região metropolitana de São Paulo, funciona a Cozinha Solidária Luciana Ferreira, no Jardim Novo Campo Limpo, no município de Embu das Artes. Pelas enchentes, a Cozinha precisou mudar e está de endereço

novo há 2 anos. Tia Cida, tem 62 anos, é coordenadora do movimento há 17 anos e também coordena a cozinha de Embu. Em cada cozinha, a fila muda de cara. Mas tem algo que se repete, e que nos dá sinais de qual papel cumprem as cozinhas nos territórios hoje.

O público são catadores de reciclagem e viciados, são os escravos do sistema né, Helena? você olha pra fila e conta quantas mulheres, são 6, 7 mulheres, o restante é homem. Viciados em droga, viciados em bebida, catador de reciclagem, moradores de rua.

A cozinha de Embu distribui e tem os recursos para a entrega de 100 marmitas. Mas tia Cida conta como corre atrás de mais ingredientes para complementar e entregar mais quentinhos ou “encorpar” as distribuídas para aqueles que são atendidos terem o que comer no almoço e na janta. “A gente tenta sanar a fome, né?” conta.

As Cozinhas Solidárias virando política pública, tem ajudado mais nosso povo das comunidades a ter alimentação de qualidade. A gente já tinha, né? No movimento. Quando veio a política pública falar em comida saudável, a gente já fazia. No fundo a gente fazia comida saudável sem saber pro nosso povo.

Com a política, cada cozinha deve entregar arroz, feijão, uma proteína e uma verdura ou legume - algo que já fazia parte da prática do MTST, tanto nas ocupações, quanto nas Cozinhas Solidárias criadas antes da institucionalização do programa.

Nas ocupações, a maioria esmagadora é de mulheres: mulheres mais velhas, mulheres com filhos, mulheres que cuidam da cozinha, da ocupação e da organização do povo. Pergunto então à tia Cida por que, se nas ocupações são elas que seguram quase tudo, nas filas das cozinhas a presença maior é de homens.

Tem mais mulheres nas ocupações porque elas são donas de casa. Elas vão trabalhar e ainda vem pra fazer a luta. Nas ocupações tem muito mais mulheres, que são diaristas, às vezes trabalham três vezes por semana, às vezes trabalha todos os dias, mas todos os dias elas estão dentro da ocupação, elas viram a noite, fazem trilha, vão pra cozinha pra fazer comida. (...) A dificuldade que os homens têm de emprego, leva eles pro vício. Tem mulheres que estão no vício, mas são muito poucas. É mais homem. Então na ocupação não, a mulher que é a mãe, que é o pai, que cuida dos filhos e que cuida do marido, que vai buscar sustento da família e vai buscar moradia. É diferente de uma Cozinha Solidária. Na ocupação elas vão buscar alimento, mas elas vão buscar também moradia, sustentar a sua família. Elas são guerreiras demais

A explicação de tia Cida evidencia duas realidades que convivem nos territórios periféricos da cidade, mas que aparecem de forma distinta nas ocupações e nas filas das cozinhas. Se, por um lado, as mulheres sustentam a luta cotidiana - cuidam da casa, dos filhos, trabalham fora e ainda assumem as tarefas da ocupação - é justamente porque não têm alternativa. A sobrevivência da família, a busca por moradia e a garantia mínima de estabilidade recaem sobre elas. Nas ocupações, portanto, a presença massiva de mulheres revela essa dupla ou tripla jornada, mas também a capacidade de organização e resistência que elas constroem coletivamente. São mães, avós, que muitas vezes fazem sua luta pelos filhos e netos. Por outro lado, a presença majoritária de homens nas filas das cozinhas aponta para outra dimensão da vulnerabilidade. Muitos deles, como diz tia Cida, enfrentam maior dificuldade de acesso ao trabalho formal e carregam o peso simbólico da responsabilidade de sustentar a casa, atribuída socialmente aos homens. Quando esse papel não pode ser cumprido, a solidão, a ruptura dos vínculos e a falta de redes de apoio contribuem para que muitos acabem ficando à mercê da bebida, na drogadição ou no trabalho precarizado extremo. Assim, a diferença entre quem é maioria nas ocupações e quem é maioria nas filas não é apenas um dado, mas a expressão concreta de como o gênero, pobreza e abandono do Estado se materializam de formas distintas na vida cotidiana. As cozinhas acabam revelando esse recorte: de um lado, homens que, diante das dificuldades de trabalho e da ausência de redes de apoio, aparecem mais frequentemente nas filas das cozinhas; de outro, mulheres que, mesmo vivendo também a precariedade, permanecem nas ocupações porque são elas que organizam a casa, os filhos e a própria luta por moradia. A diferença de presença entre um espaço e outro expressa o grau de vulnerabilidade ao qual atendem as ocupações e cozinhas.

Nas cozinhas, as contradições da produção do espaço urbano aparecem de forma concreta, mostrando a contradição que é produzida por uma cidade que segue a lógica de exclusão do mercado. Elas são, ao mesmo tempo, sintoma e resposta à forma excluente com que a cidade se organiza. Como lembra Ana Fani Alessandri Carlos (2019), a metrópole se reproduz incessantemente pela lógica da mercadoria, produzindo um cotidiano em que tudo - inclusive a vida - é mediado pelo poder de compra. Nas periferias, essa lógica assume contornos ainda mais brutais: a fome é silenciosa, esparsa, difícil de ver para quem olha de fora.

Em Castro (1964) o autor diferencia a fome aguda, associada a momentos de crise, e a fome oculta, em que a fome se manifesta de maneira mais invisível. As Cozinhas Solidárias, na forma em que são idealizadas, são ferramenta flexível, que atua em ambos os contextos. Durante as enchentes no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, sobre barcos, companheiros do movimento entregavam marmitas para aqueles afetados pela catástrofe. E nas cidades, em que a fome se esconde entre os becos e vielas, a Cozinha também está como alternativa às duras encruzilhadas impostas pela desigualdade. Como pontuado por Rosângela, quem vê um bairro com casas de alvenaria, ou até conjuntos habitacionais, não imagina que a fome pode estar lá, às vezes pela falta de comida, ou às vezes invisível, oculta, pela subnutrição. Mas, de uma forma ou de outra, a fome é profundamente estruturante do urbano que vive a população nos limites da cidade. Quando as cozinhas entram nesses territórios, elas revelam essa dimensão subterrânea da desigualdade, uma desigualdade que se inscreve no modo como o espaço urbano distribui infraestrutura, trabalho, transporte, tempo, e até a possibilidade de se alimentar sem ter de deixar de pagar outras contas. Nesse sentido, as Cozinhas Solidárias não são apenas um ponto de distribuição de alimento, mas um ponto de ruptura dentro da ordem urbana: ao deslocarem a alimentação da esfera da mercadoria para a esfera do comum, elas introduzem uma outra lógica de convivência, cuidado e circulação no bairro. É justamente no plano do cotidiano que as cozinhas reorganizam o território usado (SANTOS, 2005), produzindo novas formas de relação com a reprodução da vida e com a cidade. Cada marmita distribuída não apenas mitiga a fome, mas tensiona o próprio modo como a cidade produz e reproduz suas margens.

Da mesma maneira que Mike Davis (2002) descreve o período vitoriano, quando a fome, mesmo diante de catástrofes humanitárias, não era motivo suficiente para ampliar a intervenção estatal, prevalecendo a crença quase mágica na autorregulação dos mercados -, durante a pandemia de Covid-19 assistimos a dinâmica semelhante em setores do governo brasileiro. Sob o slogan “O Brasil não pode parar”, parte da administração federal tratou o risco de morte e a vulnerabilidade dos trabalhadores como variáveis secundárias, quase descartáveis, diante da defesa de uma economia apresentada como superior à proteção da vida. Em vez de fortalecer políticas de segurança social, o governo promoveu o desmonte de políticas existentes e um discurso nacionalista que, ao mesmo tempo que exaltava uma ideia abstrata de “povo brasileiro”, negligenciava concretamente a

sobrevivência da população pobre. Mais uma vez, evidencia-se que, em determinados governos, a pobreza, a fome e o risco iminente de vida não constituem justificativa suficiente para a reorganização do Estado nem para a implementação de políticas públicas capazes de proteger aqueles que mais precisam.

Diante desse cenário, o surgimento das Cozinhas Solidárias durante a pandemia não pode ser compreendido apenas como resposta emergencial a uma crise sanitária, mas como a formulação prática de uma crítica profunda à lógica que organiza a vida nas periferias urbanas. Em meio ao desmonte de políticas públicas, ao abandono estatal e à volta da naturalização da fome, as cozinhas se configuraram como uma política capaz de operar justamente onde o Estado não chega e onde a lógica do mercado produz seus maiores danos. Ao garantir o acesso regular à alimentação e reduzir a pressão imediata imposta pela fome, as Cozinhas Solidárias abrem possibilidades concretas para que a vida cotidiana deixe de ser organizada exclusivamente pela urgência da sobrevivência. A transformação dessa experiência em política pública representa um avanço importante: ao se incorporar ao campo dos direitos sociais, a cozinha deixa de depender exclusivamente da contingência dos projetos locais e passa a integrar um conjunto de obrigações estatais voltadas à garantia da dignidade. A experiência brasileira com políticas universais mostra que, uma vez incorporadas ao cotidiano, elas tendem a desenvolver certa resiliência institucional, tornando-se mais difíceis de serem desmontadas por completo. A experiência de outras políticas universais no Brasil, como o Sistema Único de Saúde, mostra que, uma vez incorporadas ao cotidiano, elas se tornam parte do repertório de direitos sociais da população. Ainda que possam sofrer cortes ou tentativas de enfraquecimento, tornam-se mais difíceis de eliminar completamente, pois passam a compor a expectativa social do que constitui um direito básico. Algo semelhante pode ocorrer com as Cozinhas Solidárias: ao serem vivenciadas no território como garantia de acesso à alimentação adequada, ajudam a consolidar a compreensão de que comer é um direito fundamental, e não um privilégio condicionado a quem pode pagar.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o caráter de política pública não esgota o sentido das cozinhas. O fato de terem nascido como iniciativa orgânica de um movimento social é parte essencial de sua força. A proximidade com o território, a construção cotidiana de vínculos e a capacidade de mobilização fazem com que as cozinhas atuem não apenas como equipamento de distribuição de refeições, mas

como espaço comunitário vivo. Mesmo após a institucionalização, uma parte significativa do trabalho continua sendo sustentada pelo engajamento militante: a busca por recursos, a organização de atividades culturais, educativas e recreativas, o cuidado individualizado com cada família, a atenção aos problemas cotidianos do território. Essa dimensão não é substituível por uma política estatal que vem de cima, porque diz respeito a formas de relação que só podem ser construídas na presença diária.

Assim, a institucionalização fortalece e dá estabilidade a algo que já era produzido na prática, enquanto a atuação militante preserva o enraizamento territorial e a capacidade de responder às necessidades concretas do bairro. O resultado é uma política que opera simultaneamente no campo do Estado e no campo da disputa política, articulando direitos e práticas de cuidado que não cabem inteiramente em nenhum dos dois isoladamente.

3. Considerações finais

“A [Cozinha Solidária] de Embu a gente montou no auge da pandemia, e nosso maior desafio era persistir, ficar. Hoje eu acho que o sonho de todas as cozinheiras de todos os lugares é que as nossas Cozinhas Solidárias elas se tornem um local onde a gente possa entregar refeição e que possa virar um centro mesmo, não só de alimento. Porque nosso povo precisa de educação e formação. E a gente tinha que ter essas cozinhas como centro de referência da comunidade. Um CEU da vida, sabe? Referência em tudo pra dentro das nossas comunidades.”

A reflexão de tia Cida sintetiza o longo caminho trilhado até aqui e nos lança também a novos desafios. Aumentar a atuação das Cozinhas nos territórios, crescer em referência para as comunidades, fortalecer os vínculos e laços que as quentinhas entregues possibilitam. Mas também nos coloca diante da qualidade do que estamos construindo. Porque, se é verdade que ainda enfrentamos limites materiais, institucionais e de alcance de atuação, também é verdade que o trabalho cotidiano da Cozinha Solidária tem incansavelmente combatido a fome, mas também reorganizando a relação com este direito.

É nesse ponto que a prática das Cozinhas dialoga com aquilo que Mike Davis e Josué de Castro identificam como uma construção histórica de produção da escassez. Para Castro, a fome é menos resultado da falta de alimentos e mais efeito

de estruturas sociais que desorganizam, hierarquizam e fragmentam a vida coletiva. Davis, por sua vez, mostra como os territórios pobres são marcados não apenas pela carência de bens, mas pela negação sistemática do direito à cidade, seja através da precarização habitacional, seja pela destruição de vínculos. Assim, quando uma cozinha abre suas portas abaixo de uma placa que diz “Almoço Grátis”, fazendo atividade com as crianças, oficinas de capacitação, formação política, aquilo que é estabelecido pela sociedade como natural, se desnaturaliza.

A história recente nos mostra que as promessas técnicas de superação da fome não se cumpriram. A modernização agrícola aumentou a produção, mas aprofundou as desigualdades e nunca enfrentou as raízes históricas da insegurança alimentar. Como apontam Josué de Castro e Mike Davis, a fome persiste não por falta de desenvolvimento técnico, novos insumos ou inovação, mas porque está enraizada nas formas como a sociedade distribui recursos e converte a subsistência em mercadoria, acessível apenas a quem dispõe de poder de compra. É nesse sentido que as Cozinhas Solidárias mostram outro caminho, construído a partir do território.

Esse ponto nos permite olhar para as Cozinhas Solidárias como parte de um projeto distinto daquele que se beneficia da fome. Se, para o capital, a fome opera como instrumento de fragilização da posição dos trabalhadores e reprodução das desigualdades, nas Cozinhas Solidárias é precisamente o enfrentamento dessa lógica que permite às pessoas vislumbrar outras possibilidades. Ao aplacar a fome, abre-se espaço para que as pessoas possam desejar, imaginar, organizar-se e projetar novos horizontes.

Quando a comida deixa de ser apenas um recurso escasso, a fala de Jorge, registrada nas entrevistas feitas na Cozinha Solidária do Jardim Bananal, ilumina aquilo que experiências como essa têm de mais caro. Sua observação, simples e direta, de porque prefere frequentar a Cozinha Solidária ao invés da cozinha da prefeitura - “porque aqui me chamam pelo meu nome” - pode nos dar pistas de para onde ir, depois que a primeira porta é aberta, com a garantia da alimentação. No imaginário brasileiro, a pergunta “quem é você na fila do pão?” é um lembrete imediato da insignificância de alguém. Nas Cozinhas Solidárias, porém, é na fila do pão que muitas vezes nos lembramos de quem somos.

Referências bibliográficas

- BLONDET, Cecilia; MONTERO, Carmen. Hoy: menú popular: los comedores en Lima. Lima, 1995.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole. 2019.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome: o dilema brasileiro – Pão ou Aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAVALCANTI, Daniella Medeiros et al. Health effects of the Brazilian Conditional Cash Transfer programme over 20 years and projections to 2030: a retrospective analysis and modelling study. *The Lancet Public Health*, 2025.
- CHAVES, Sandra. Dossiê – A fome e a insegurança alimentar no Brasil (N. 33): entrevista com Sandra Chaves. Coletiva, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-a-fome-e-a-inseguranca-alimentar-no-brasil-n33-entrevista-com-sandra-chaves>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- CLEAVER, Eldridge. On meeting the needs of the people. In Targetzero, ed. K. Cleaver, 212–17. Hampshire, UK: Palgrave, 2006.
- DADOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DA SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; DE FRANÇA, Caio Galvão. Fome Zero-A experiência brasileira. 2011.
- DAVIS, Mike. Holocaustos Coloniais. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- DOWBOR, Ladislau. Fome, uma decisão política e corporativa. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante; Cátedra Josué de Castro, 2022.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective 1. In: Women, science, and technology. Routledge, 2013.
- HEYNEN, Nik. Bending the bars of empire from every ghetto for survival: The Black Panther Party's radical antihunger politics of social reproduction and scale. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 99, n. 2, p. 406-422, 2009.
- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo; LOUREIRO FILHO, Roberto. Transferências de renda: o “quase tudo” do sistema de proteção social brasileiro. In: Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 34., 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPEC, 2006.

MARTINS, Karla Patrícia Holanda; KUPERMANN, Daniel. Fome, rosto e testemunho: experiências traumáticas na clínica e na cultura. In: MARTINS, Karla Patrícia Holanda; LEITE, Álvaro Madeiro; NEVES, Beatriz Sernache de Castro; RABÉLO, Fabiano Chagas (orgs.). A experiência da fome na clínica e na cultura. Ceará: Imprensa Universitária/UFC, 2023.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 195–207, 1995.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In: CAPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. (org.). Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante; Cátedra Josué de Castro, 2022. p. 24–33.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RUIZ, Mônica Pereira; TATAGIBA, Luciana Ferreira. “As igrejas evangélicas como pronto-socorro dos necessitados”. XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – Resumos, Campinas, UNICAMP, 2021.

SANTOS, Luiz Cláudio dos. Da Geografia da fome ao Fome Zero: contribuição ao estudo da fome no Brasil. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2009.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SANTOS, Milton et al. Territorio y movimientos sociales. OSAL, 2005.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos – notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: CACCIA-BAVA, Silvio (Org.). Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades. São Paulo: Pólis, 1998.

TOLEDO, Luiz Henrique de et al. Redes populares de proteção: Torcidas Organizadas de futebol no contexto da pandemia da COVID-19. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 26, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2003.